MUNDO, POLÍTICA & CULTURA

Boletim Eletrônico do Núcleo de Estudos e Análises Internacionais - NEAI

Nº 1, agosto de 2018

O mundo em 2018

Temas de política internacional

O **NEAI - Núcleo de Estudos e Análises Internacionais** nasceu no interior do Instituto de Políticas Públicas e Relações Internacionais - IPPRI, da Universidade Estadual Paulista - Unesp, que reúne alguns centros de pesquisa e o Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas (Unesp - Unicamp - Puc-SP).

Seu principal objetivo é reunir pesquisadores dispostos a dialogar com o mundo em que vivemos, com o sistema internacional de Estados, seus atores e processos, seus temas e problemas, as ideias que nele circulam.

Queremos contribuir para analisá-lo em seus múltiplos aspectos: tudo o que pulsar na cena mundial nos interessará. O Brasil, sua política externa e seu lugar no sistema internacional terá lugar cativo em nossas inquietações. Assim também a América Latina, una e diversa como sempre.

O NEAI pretende funcionar antes de tudo como um grupo de estudos e pesquisas. Mas também almeja ser uma câmara de eco de nossas investigações e daquilo com que interagirmos e que viermos a conhecer.

Nosso batismo é acadêmico, mas não pretendemos atuar só academicamente: desejamos nos relacionar de forma ampla e dinâmica com a opinião pública e com pessoas interessadas nos temas da sociedade, da cultura e da comunidade política mundial. Sempre que possível, sem linguagens cifradas e de maneira plural e teoricamente referenciada.

MUNDO, POLÍTICA & CULTURA

Com este primeiro número, o NEAI põe em circulação seu Boletim Eletrônico. Pretendemos mantê-lo em circulação com periodicidade regular, duas edições a cada ano. A ideia é promover a difusão daquilo que fazemos enquanto pesquisadores das diversas áreas temáticas que integram hoje o universo das relações internacionais como disciplina acadêmica.

O Boletim aparecerá sob a forma de dossiês. A cada número, buscaremos concentrar energias na elaboração de textos que deem conta de um momento particular do mundo, investiguem áreas geopolíticas particulares ou abordem questões, processos ou temas específicos.

Neste número inicial, os diferentes autores procuram olhar para o sistema internacional no ano de 2018, buscando captar algumas de suas inflexões, de seus temas e problemas.

A pretensão do Boletim não será exaustiva: não queremos esgotar os assuntos em discussão, mas sugerir enfoques e ênfases que contribuam para melhorar nossa apreensão crítica do mundo, organizando informações, disseminando insights teóricos e incentivando a promoção de debates e maiores reflexões.

UNIVERSIDADE ESTADUAL PAULISTA-UNESP

INSTITUTO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E RELAÇÕES INTERNACIONAIS-IPPRI

Diretor: Héctor Luis Saint-Pierre

NÚCLEO DE ESTUDOS E ANÁLISES INTERNACIONAIS-NEAI

Coordenação Científica: Marco Aurélio Nogueira

MUNDO, POLÍTICA & CULTURA

Boletim Eletrônico do Núcleo de Estudos e Análises Internacionais - NEAI

Editor responsável

Marco Aurélio Nogueira

Diagramação e Projeto Gráfico

Angelo Lira

Revisão Boletim nº 1

Gessica Carmo e Angelo Lira

neai-unesp.org

Praça da Sé, 108 – 4º andar – Cep 01001-900 São Paulo, SP.

Telefone: (11) 3116-1800

Email: neai@ippri.unesp.br

SUMÁRIO

O mundo e a democracia em transformação 5
Marco Aurélio Nogueira

A Revolução Tecnológica e o Brasil na Indústria 4.0 19
Marcel Artioli

A agenda contra-hegemônica, a ordem internacional no século XXI e o fator Trump 25
Gustavo Oliveira Teles de Menezes

Comércio internacional: entre o protecionismo estadunidense e o avanço do dragão chinês 30
Desiree Almeida Pires

As transformações no governo Xi Jinping 35
Emerson Junqueira

Refugiados, deslocamentos, migrações 41
Laís Azeredo Alves

Os Limites do Interesse Nacional Brasileiro 45
Daniel Rei Coronato

Quando a razão neoliberal encontra o nacionalismo 51
Angelo Lira

A tradição diplomática importa? O caso do Brasil 58
Gessica Fernanda do Carmo

O Brasil e o regionalismo latino-americano em 2018 **62**
Milagro Mengana Castañeda
Lucas Bispo dos Santos

O Mercosul em tempos de turbulência **70**
Renan Colnago

Epidemias, Organização Mundial da Saúde e as perspectivas para a Saúde Global **76**
Maíra S. Fedatto

Atuação Brasileira no Mundo: missões de paz **82**
Ana Clara Figueira Guimarães

A Alt-Right na era Trump **88**
Tatiana Teixeira

Sobre os autores **93**

O MUNDO E A DEMOCRACIA EM TRANSFORMAÇÃO

Marco Aurélio Nogueira

Dentre as várias hipóteses com que se tem buscado compreender o mundo contemporâneo, visto particularmente do ângulo do sistema internacional de Estados e da reestruturação do capitalismo, uma das mais sugestivas associa-se ao sociólogo alemão Ulrich Beck que, em seus livros e artigos, argumentou que uma importante fonte geradora de problemas e tensões se deve ao fato de que passamos a viver em um mundo no qual há uma categórica globalização econômica e cultural sem que haja, ao mesmo tempo, uma correspondente globalização política. Existe um mercado mundial e uma sociedade global, mas não um Estado mundial e, com isso, torna-se muito mais difícil regular politicamente o mundo, que fica desse modo à deriva, ao sabor do jogo das potências, das grandes transnacionais e da concorrência econômica.

As sociedades se globalizam não somente porque aprofundam sua inserção no mercado mundial (coisa que sem dúvida acontece), mas porque passam a compartilhar os traços que caracterizam a época: a mundialização das relações sociais, econômicas e políticas, a progressiva formação de uma cultura global, a conectividade intensiva, a frenética mobilidade dos capitais, a financeirização e a transnacionalização das economias, a segmentação e a expansão da oferta de produtos, a diluição relativa das fronteiras e dos territórios, a perda de soberania por parte dos Estados, a irresponsabilidade dos mercados, a crise da regulação e dos mecanismos de financiamento do setor público, a reestruturação produtiva e o desemprego.

A força da internet, da tecnologia da informação e das redes, por um lado, e a rápida e categórica ascensão política e econômica da China, por outro, ajudam a plasmar o novo mundo. As diretrizes políticas seguidas pela China fizeram com que muitos milhões de pessoas saíssem da pobreza e alavancou a expansão mundial da economia chinesa, com o que se modificou o comércio internacional,

graças à colocação no mercado de produtos industrializados de baixo preço. Em decorrência, muitas economias passaram a sofrer a concorrência desses produtos, se desindustrializaram e conheceram forte redução de empregos, processo que ganhou impulso com a automação crescente.

Nesse cenário, aumentaram expressivamente os fluxos migratórios, que hoje não mais se limitam à Europa. São deslocamentos populacionais impulsionados por guerras civis, discriminações, violência política e miséria, algumas vezes também pela desagregação ou pela fragmentação dos Estados nacionais. Os contingentes deslocados pressionam os países de destino, ativam o circuito dos direitos humanos e interferem na predisposição eleitoral dos cidadãos, dando alento a expectativas chauvinistas e xenófobas que dão força a movimentos políticos retrógrados e populistas.

A emergência de governantes como Donald Trump, nos Estados Unidos, e de movimentos de direita na União Europeia estão intimamente associados a esse quadro, no qual a concorrência é encarniçada, os problemas se multiplicam e os governos não podem contar com recursos políticos e financeiros suficientes.

Tais traços podem ser associados ao quadro de turbulência, imprevisibilidade e "descontrole" que se manifesta no interior das diferentes sociedades nacionais e no sistema internacional. Além da imposição, à lógica política nacional, de uma dinâmica econômico-financeira global, há também os efeitos do surgimento de uma espécie de "território virtual" por sobre os territórios físicos, de certo modo sufocando-os. Tudo aquilo que é "nacional" e "fixo" (instituído) se desestabiliza, ainda que não necessariamente em sentido catastrófico.

Não estamos, portanto, em uma simples fase de mundialização do capital, mas diante de um fenômeno mais profundo, que convulsiona e altera os eixos constitutivos da mentalidade coletiva e do agir social: a globalização é de fato uma "revolução espacial-social", que modifica e influencia de modo expressivo (e em tempo real) a vida cotidiana como um todo. A convulsão é rápida e implacável, mas as respostas a ela, não. Especialmente no plano político, dentro dos Estados nacionais e no sistema de Estados.

O Estado-nação entra em crise

A fragmentação das sociedades, a perda de coesão nacional e as dificuldades operacionais do Estado-nação trouxeram consigo uma crise de confiança dos cidadãos em relação a seus governos e sistemas políticos, corroendo parte das condições de legitimidade.

Além disso, a partir da década de 1980, o Estado foi proclamado "inimigo público" pela ideologia neoliberal que ganhou foro internacional em nome de uma racionalidade que seria dada pelo mercado, pela livre iniciativa, pela privatização, pelo ajuste fiscal e pela redução dos custos dos aparatos e serviços públicos. Passado o primeiro momento do ataque neoliberal, o Estado foi parcialmente reposto e, para voltar ao primeiro plano, teve de se reestruturar. Nesse movimento, precisou adquirir maior flexibilidade, reduzir sua estrutura burocrática, reformar a si próprio e construir uma nova lealdade em seu interior, na opinião pública e na sociedade.

As ideias neoliberais, porém, mesmo que relativamente enfraquecidas, não saíram de cena: infiltraram-se na vida cotidiana e continuaram a fornecer as principais diretrizes de política econômica para os governos nacionais, dando uma cultura para a política, os sujeitos sociais e os indivíduos. O efeito disso não foi somente a consolidação de um modelo de crescimento e gestão da economia, mas também o encolhimento e a desorganização do Estado como agente, a desestruturação dos sistemas políticos nacionais e o aumento da desigualdade, ainda que sob novas vestes. O neoliberalismo penetrou fundo na estrutura das sociedades contemporâneas e na mentalidade dos cidadãos, fato que tornou muito mais difícil o combate a ele. A convicção de que uma dose necessária de desigualdade deveria ser aceita como "razoável" ajudou a corroer resistências e a fazer com que a "luta de classes fosse vencida pelos ricos contra o resto do mundo", como escreveu o cientista político italiano Marco Revelli. Ajustes estruturais, desregulamentação, procedimentos de austeridade e redução de direitos sociais foram se convertendo em diretrizes tidas como "naturais" no capitalismo do início do século XXI. O mercado se alargou a ponto de tragar as sociedades no mundo inteiro. Desautorizou-se assim a intervenção do Estado, que passou a ser vista exclusivamente pelo ângulo dos prejuízos e obstáculos que criaria para a livre competição e o empreendedorismo dos indivíduos.

Constrangidos pelo capital financeiro, pelas agências internacionais, pelas redes e fluxos globais, os Estados-nação passaram a ficar obrigados a despender esforços ininterruptos para manter viva sua operacionalidade externa e sua capacidade de resposta às demandas internas. Perderam autonomia decisória, ainda que não necessariamente capacidade de ação. De algum modo, porém, tendo de lidar com demandas globais complexas, ficaram ao mesmo tempo forçados a compartilhar sua soberania e com menos poder para atender às demandas de seus cidadãos.

Os cidadãos, em decorrência, passaram a desconfiar de seus governos e de seus políticos, ou a negociar permanentemente os termos de seu consentimento. Uma forte crise de legitimidade acompanhou, assim, o avanço da globalização. É ela que impele os governos a "privatizar" pedaços do Estado, a "descentralizar" instituições e atribuições estatais, em parte para responder a reivindicações locais e regionais, mas em parte também para encontrar fórmulas com que enfrentar a crise de legitimidade que deriva da desconfiança dos cidadãos.

Os Estados nacionais, portanto, também são desgastados pela fragmentação dos interesses em seus territórios e pelo protagonismo adquirido pelas instâncias subnacionais de governo. Levados a transferir encargos e responsabilidades para essas instâncias, livram-se de algum peso excessivo, mas reforçam, em contrapartida, o poder das instituições políticas locais e regionais, que passam a com eles concorrer. Perdem, com isso, poder, atribuições e autonomia. Além do mais, ao fazerem isso, os governos centrais despojam-se de recursos de coordenação e assistem à diminuição de sua capacidade de previsão e planejamento.

Parte ponderável das dúvidas e incertezas referentes aos efeitos da soberania compartilhada no âmbito de um sistema global deriva do fato de que tal sistema não se institucionalizou por completo: ele ainda é, em boa medida, um vir-a-ser, sujeitando-se portanto à interferência de muitos sujeitos e processos, bem como a falhas e turbulências frequentes. Suas instituições e seus personagens – todos, sem exceção, da esquerda à direita – encontram-se em fase de adaptação a um mundo que se transforma com rapidez e no qual o terreno nacional está posto em xeque. Os problemas globais ficam, assim, mais difíceis de serem

assimilados. Como escreveu certa vez Jürgen Habermas, a "ideia de que uma sociedade pode agir sobre si de modo democrático só foi implementada de modo fidedigno até agora no âmbito nacional". Precisamente por isso, "a constelação pós-nacional desperta aquele alarmismo infrutífero da desorientação iluminista que observamos em nossas arenas políticas".

Não se trata de uma reação insensata. A nova disposição em rede e a própria dinâmica da sociedade informacional não produzem, automaticamente, "mundos da vida" mais coesos e integrados, mas, ao contrário, podem forçar grupos e indivíduos a se "dispersarem como mônadas por redes que se estendem pelo mundo e são coordenadas funcionalmente", ou seja, a fugirem de arranjos em "unidades políticas maiores e mais estratificadas". Afinal, redes e sistemas de comunicação ampliam de fato os contatos e fazem com que as informações circulem de modo mais amplo, mas não produzem necessariamente mundos "intersubjetivamente partilhados", nem beneficiam a formação de uniões discursivas mais bem articuladas, com as quais seria possível constituir grupos de interesse e de opinião revestidos de caráter político, republicano e democrático.

Por força dessa mudança paradigmática, não só as potências tradicionais passam a ter de interagir com problemas novos e com atores não nacionais (movimentos, ONGs, redes, carteis de criminalidade, grandes transnacionais), como chegam mesmo a ver seu poder ser deslocado ou reduzido. O sistema internacional se torna híbrido, mais democrático, mais dinâmico, mais aberto e conectado, e nele as potências declinam economicamente e perdem força relativa, ainda que continuem a ser poderosas. Nesse "novo" sistema, todos agem e pesam: o centro e o "resto", as grandes, as médias e as pequenas potências, as regiões, os Estados e os atores não-estatais, os lugares e as pessoas. O poder muda de configuração e padrão, afastando-se dos Estados-nação. Todos se tornam dependentes de todos e de tudo, o tempo todo.

As novas relações de poder que se estabelecem no espaço global, ao se combinarem com as mudanças que ocorrem na estrutura de cada sociedade nacional, produzem múltiplos efeitos sobre os Estados-nação e desorganizam seus sistemas políticos, afetando inevitavelmente a democracia mediante a exacerbação de seus paradoxos. Com isso, os Estados perdem força para

plasmar democraticamente o sistema internacional, bloqueando a transição de um "sistema de hegemonia" (no qual se reitera a prevalência de uma ou duas grandes potências) para uma ordem internacional integrada por Estados democráticos, uma comunidade democrática de Estados. Ainda que o número de "Estados democráticos" tenha aumentado muito nas últimas décadas, o processo de democratização do sistema internacional não avançou de modo categórico. Fato que pode sugerir que a "má qualidade" das democracias nacionais está a cobrar um preço.

A democracia sob pressão

Não é por outro motivo que o debate teórico contemporâneo voltou a dar atenção ao problema da crise da democracia, tema que, a rigor, esteve sempre no centro das discussões ao menos desde que o Welfare State passou a apresentar sinais de mau funcionamento, provocados tanto pelos ataques do mercado e do neoliberalismo, quanto pelas novas exigências da sociedade pós-industrial e pelos problemas de financiamento do gasto público, para dizer o mínimo.

Em um primeiro momento, a questão da crise da democracia foi associada ao problema da governabilidade em sociedades complexas e ao tema do "excesso" de demanda derivado da própria dinâmica democrática, que provocaria uma espécie de infarto dos sistemas dedicados a fornecer respostas às reivindicações dos cidadãos. Formulações abertamente conservadoras passaram a sugerir que, para manter a democracia em funcionamento "razoável", seria preciso reduzi-la a patamares "suportáveis" e mais compatíveis com as possibilidades de atendimento do Estado e os interesses do mercado, ou seja, mantê-la em nível mínimo, mais formal que substantivo, reprimindo a demanda social e combatendo a contestação política. Em nome da "ingovernabilidade das democracias", propôs-se um recuo e uma diminuição do Estado como expediente para dar livre curso ao mercado. Um alegado "excesso" de Estado foi, assim, empregado para atacar o Welfare State e o ataque terminou por alimentar diferentes modalidades de rebaixamento da democracia.

Muito do que se passou a identificar como neoliberalismo avançou associado a essas convicções. A estabilidade mundial dependeria de uma reforma do sistema internacional que reconhecesse a força do mercado,

"soltasse" as economias nacionais de seus Estados e reiterasse a preponderância dos países mais ricos. A posição implícita questionava as soberanias nacionais e as medidas protecionistas, em nome de uma globalização financeira e de um livre-comércio internacional que impulsionariam a melhoria das condições de vida da maior parte da população mundial. As democracias nacionais teriam, assim, de ser ajustadas para poderem contribuir para a plena configuração deste cenário.

O diagnóstico se complicou pouco a pouco, na mesma medida em que os sistemas democráticos mostravam dificuldades operacionais. Nas sociedades que então se reorganizavam, foi-se acentuando um contraste que o filósofo italiano Norberto Bobbio elevou à condição de fator explicativo básico: as principais "promessas" da democracia – o fim do poder invisível e das oligarquias, a representação política, a valorização da participação, o cidadão politicamente educado – entraram em choque com a dura realidade do capitalismo e não puderam ser plenamente cumpridas. "Obstáculos imprevistos" dificultariam a realização daquelas promessas e forçariam a democracia a se ajustar.

As "promessas não cumpridas" pela democracia não implicavam sua degeneração ou traição, na medida em que representavam uma "adaptação natural dos princípios abstratos à realidade", como ocorre sempre que a teoria é "forçada a submeter-se às exigências da prática". A única daquelas promessas que tinha desdobramentos graves e preocupantes era a relativa à "sobrevivência (e à robusta consistência) de um poder invisível ao lado ou sob (ou mesmo sobre) o poder visível", fator que corrompia a democracia.

O aumento dos problemas políticos que requerem competências técnicas, a expansão do aparato burocrático, o baixo rendimento e a lentidão decisória dos regimes democráticos diante de uma sociedade sempre mais demandante e rápida, a força dos interesses particulares e do corporativismo, a tecnoburocratização – todas essas imposições do capitalismo tardio iriam impor exigências novas à democracia, levando-a a se transformar.

Um tema clássico voltaria assim à cena: se a democracia traduzida nos sistemas políticos nacionais conhece problemas e está em transformação, que efeito isso tem sobre o sistema internacional de Estados? E vice-versa: "que consequências podem ter sobre a democracia interna dos Estados democráticos

a presença de Estados não democráticos no sistema internacional e a falta de democratização do próprio sistema"? Em outras palavras, daria para um Estado ser democrático em um universo não democrático? Aos inesperados obstáculos internos que se antepunham aos sistemas nacionais era preciso agregar os "obstáculos externos", aqueles com que todo e qualquer regime democrático se depara tão somente por fazer parte da sociedade internacional, que é por si mesma anárquica e heterogênea, comportando a presença de Estados democráticos e de Estados não democráticos.

O processo de democratização do sistema internacional se afirmou ao longo das últimas décadas, manifestando-se sobretudo na pluralização e diversificação de seus atores. Mas ainda não se completou, dado não ter atingido o plano propriamente político: os atores convivem entre si e interagem uns com os outros sem que haja uma instância consolidada e reconhecida que funcione como "poder comum" e celebre um pacto ao qual todos se submetam. As relações de potência e de competição prevalecem, em que pese a existência de instituições como a ONU, que se orienta em sentido democrático: uma sociedade mundial sem um Estado mundial, para reiterar a frase com que foi aberto o presente texto. Fato que faria Bobbio falar na existência de um "duplo sistema internacional, composto de dois ordenamentos idealmente incompatíveis entre si, mas praticamente coexistentes, que se conhecem mas não se reconhecem, que não se ignoram mas agem independentemente um do outro". O sistema como um todo permanece resolvendo seus conflitos mediante o recurso à violência recíproca.

Crise e transformação da democracia representativa

Se a democracia, mais que um "método" para que se tomem decisões coletivas e mais que um sistema de representação baseado em normas e procedimentos, também é um sistema de participação, que depende de cidadãos politicamente educados e tão bem organizados quanto possível, então ela tende inevitavelmente a entrar em crise quando cidadãos e organizações mudam de padrão, impulsionados por uma grande transformação social.

A democracia não é somente um conjunto de regras sobre o modo como se governa uma comunidade política. É, também, uma diretriz ético-política,

valorativa, voltada à defesa do compartilhamento e da divisão do poder político entre os cidadãos, o controle do Estado pela sociedade. Em termos normativos, é o governo do conjunto dos cidadãos, que repartem entre si responsabilidades, deveres e poderes. Sua crise atual deriva essencialmente de uma demanda por transformação que não consegue ser adequadamente processada e atendida. Trata-se, também, de uma interdição: com o protagonismo acachapante dos mercados e do grande capital, a democracia é deslocada para a margem, perde valor, é convertida em adereço, em algo para ser usado e exibido, mas não para ser vivido com intensidade.

São, portanto, os próprios termos do jogo arbitrado pelo capitalismo financeiro global que travam a democracia. Para que ela prevaleça e mostre sua potência dignificadora, torna-se necessário enfrentar os arranjos políticos, econômicos e institucionais em curso, projetando ao mesmo tempo os valores e as instituições que deverão prevalecer numa democracia requalificada e reorganizada. A situação aproxima-se de um impasse na medida em que não há, a rigor, atores que possam levar a cabo a empreitada e assumir a responsabilidade pelos riscos e efeitos que dela advirão. Como, por exemplo, fazer valer um programa social-democrata na Europa sem confrontar as políticas da "troika" — o trio formado por Comissão Europeia, Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Central Europeu (BCE), que administram as finanças e as políticas econômicas dos países da União Europeia? Mas como fazer isso sem que se percam ao mesmo tempo as condições de possibilidade da social-democracia?

Se a política está em crise, é porque impasses e dilemas não estão podendo ser encaminhados e resolvidos mediante as instituições, os sistemas e os procedimentos em vigor. A democracia como valor não ganha sistematicidade e institucionalidade adequadas. Com isso, não funciona como ambiente capaz de apresentar efetivamente respostas positivas para os problemas coletivos. Falta-lhe algo, uma reforma que a alargue e oxigene, que a reconecte com as ruas e a torne mais receptiva ao modo como se vive. Um passo além da representação política tradicional, muitos passos além dos sistemas verticais, das organizações pesadas e burocráticas, dos partidos centralizados. Faz-se necessária uma democracia de massas que complemente e expanda a democracia

representativa, dando-lhe melhores condições para processar as demandas de toda a sociedade e enfrentar as questões da desigualdade e da pobreza, e não somente da estabilidade e do crescimento.

Se a mudança no padrão da cidadania e da dimensão organizada da participação política aparece como desgaste e problematização de instituições (como o voto, o sistema eleitoral e o Parlamento, por exemplo), como demolição dos partidos políticos, redução do ideal igualitário e atomização das energias individuais dos cidadãos, a qualidade da democracia tende a decair, a ponto de se converter em componente da crise, que passa assim a ser de funcionamento e de legitimação.

No mundo de hoje, pedem-se alterações na política e na organização do Estado democrático. Os cidadãos não mais emprestam lealdade a um sistema que veem como fechado em si mesmo. Querem participar, mas de outro modo. Tal demanda não tem sido atendida. Mudou a vida, mas não a política. Como os governos produzem poucos resultados, a insatisfação cresce e se confunde com indiferença pela democracia.

O problema não é, portanto, somente de lideranças: o arranjo como um todo também está defeituoso. A escassez e o mau desempenho dos líderes complicam o quadro, evidentemente, e uma correção de rota ou uma troca de comando podem ajudar a que se supere a crise em um primeiro momento. Se o arranjo, porém, não for modificado, aquilo que for eliminado pela porta da frente voltará pela porta dos fundos.

Nas condições atuais, de globalização capitalista e de radicalização dos termos da vida moderna, de "segunda modernidade", o cenário acima traçado surge como razoável. A marcha em direção a um mundo "pós-nacional" (Habermas) carrega consigo destroços e promessas de novas edificações. A reestruturação das relações de poder no espaço global produz múltiplos efeitos sobre os Estados nacionais e seus sistemas políticos, afetando inevitavelmente a democracia mediante a exacerbação de seus paradoxos e de algumas "patologias". Há "desordem" demais no sistema internacional de Estados e no interior das sociedades nacionais: fragmentação, perda da centralidade da classe trabalhadora, individualização, diferenciação social potencializada, informacionalização, conectividade intensiva e vida em rede fazem com que a

experiência social se torne flutuante e instável, difícil de ser coordenada. As "redes de indignação e esperança" que se formam, movidas a "autocomunicação de massa" (Manuel Castells), põem-se como uma possibilidade real, mas são o tempo todo hostilizadas pelas agendas e pelos desafios da vida cotidiana, assim como pela oposição de elites dominantes e governos. O desentendimento cresce, complicando a formação de consensos e até mesmo a definição de agendas públicas mais bem concatenadas. O desejo de participação também se expande, mas não se coaduna nem se compõe com o que há de vida política organizada, de política instituída. Instala-se um clima daquilo que tem sido chamado de "pós-democracia" (Colin Crouch): as eleições se sucedem, os governos governam, mas o debate público fica engessado pelo protagonismo dos profissionais de marketing e persuasão, quadro que amplia a passividade dos cidadãos e promove a concentração elitista das escolhas. Nas esferas superiores do sistema político, o clima é de re-oligarquização e "des-democratização", que se mistura com um forte moralismo nas bases do sistema.

O mal-estar que há na democracia se associa muito mais ao triunfo do que ao fracasso do capitalismo, como escreveu Wolfgang Merkel. Não deriva da crise econômica, ainda que possa ser turbinado por ela. A aceleração e o aumento da desregulação do capitalismo fizeram com que os sistemas ficassem mais tecnocráticos, deslocando a democracia para uma posição defensiva. A política passou a ficar cada vez mais submetida aos mercados e os estratos mais pobres da população foram excluídos da participação e da representação substancial. A fragmentação e a falta de operacionalidade do sistema político fazem com que a democracia, em alguns países, fique bloqueada e, em outros, passe a ser alimentada por doses expressivas de corrupção e ilicitude. Sem a correção destas deficiências, a democracia terminará por devorar a si própria, abrindo espaço para a consolidação de uma situação "pós-democrática", na qual a reposição do "compromisso social-democrata" estará praticamente vetada.

Nesse ambiente, os governos e a classe política se soltam de suas comunidades, pioram dramaticamente seu desempenho e deixam as próprias comunidades sem muitas saídas. Nos vazios que assim se abrem, projetam-se uma cidadania ativa mas mal posicionada, mídias tradicionais e novas mídias,

muitas tribos e nichos identitários, um mercado que funciona com motor próprio e indivíduos "empoderados". Há muita concatenação e articulação entre economia, política e sistema de comunicação – o que encapsula e bloqueia a democracia política –, mas há pouca articulação de tipo antagonista e antissistêmico: faltam coesão e unidade entre as classes e dentro de cada classe. Nem sequer os partidos "irmãos" conseguem agir em comum. Não se formam consensos amplos.

O predomínio do capital financeiro globalizado e dos mercados expandidos faz com que a democracia perca potência, fato que é impulsionado, por um lado, pela desatualização das instituições com que se tem feito política na modernidade: os partidos de massa, em particular. Mas a democracia, por outro lado, está emparedada pela sobreposição da dinâmica global às dinâmicas nacionais. Se, antes, o sistema democrático oscilava sobretudo conforme as turbulências internas, hoje é ameaçado pelo que acontece fora dele: em um quadro de soberanias em declínio, as lutas internas precisam ser de algum modo turbinadas por mobilizações ou avanços de caráter internacional, que sejam capazes de promover alianças tópicas entre países ou governos, blocos regionais, redes democráticas de contestação e proposição, novas modalidades de "auxílio mútuo" e solidariedade. O que, evidentemente, é dificultado pela própria lógica geral que prevalece no mundo.

Embora cercada e "desqualificada" por essa forma de vida em transformação, a democracia resiste. Traduz-se como democratização social. Expande-se expressivamente como cultura e se impõe no plano da vida familiar, nas escolas, nos relacionamentos e em muitos processos de tomada de decisões. Abre-se assim um vasto campo para novos arranjos institucionais, novos formatos de família, experimentos participativos, projetos de reforma e pulsões cívicas. A partir deste campo, pode-se voltar a transferir poder político à democracia, dando-lhe renovada e melhor qualidade.

Surge assim, de modo consistente, uma maior disposição social para instituir uma nova "zona de ação política", menos institucional e mais subjetiva (individualista), de movimentação contínua, de pressões antissistêmicas difusas, erráticas, viabilizadas pelas maiores facilidades de comunicação e contato. Tal disposição social de certo modo compensa a despolitização, na medida em que

propõe uma politização diversa, de outra natureza, cujo teor ainda está por ser estabelecido. O agir societal, na verdade, se avoluma tendo como motor a afirmação dos interesses particulares, não a construção de novos consensos, de novas "sínteses políticas" ou de novas correlações políticas de forças. Impulsiona uma nova modalidade de politização, mas não a institui plenamente.

A crise da democracia representativa é em boa medida expressão de uma democracia obrigada a se transformar, a adquirir nova qualidade, em sintonia com as mudanças que estão a recompor as estruturas sociais e o modo de agir, pensar e sentir dos cidadãos.

A queda da disposição eleitoral dos cidadãos tem a ver com uma decepção: os partidos e os governos não estão se mostrando capazes de responder aos problemas da vida, de governar melhor e de ir além do controle dos mecanismos de poder em sentido estrito. Como se costuma dizer, não estão conseguindo apresentar projetos de sociedade que interajam com a civilização plasmada pela revolução tecnológica e pela conectividade global. Tornam-se mais preocupados em gerir recursos de poder e em maximizar seus próprios interesses eleitorais, desinteressando-se de agir para organizar novos consensos e consentimentos. Para complicar, essa entrega dos partidos ao Estado reitera práticas e procedimentos de natureza fisiológica, o que impossibilita que a passagem da "sociedade" ao "Estado" represente um melhor posicionamento dos próprios partidos, que, em vez de se tornarem "fundadores de um novo Estado", como diria Gramsci, convertem-se em operadores passivos do mesmo velho Estado de sempre.

A democracia continua a ser a força que move o mundo em direção a um futuro melhor: um valor universal. Sua sorte, porém, está atrelada à capacidade que tiver de "domesticar" e civilizar o capitalismo, abrindo-se sempre mais à participação dos cidadãos e aos parâmetros com que veio ao mundo moderno: justiça social, liberdade, tolerância, fraternidade, direitos, igualdade, desejo de comunidade, regulação política da economia, reconhecimento e dignidade.

A plena recuperação da democracia não cairá do céu, nem virá por simples atos de vontade. Necessitará de sujeitos que ajudem a reformular o arranjo sistêmico e a potencializar a presença cidadã nos espaços públicos. Redes de indignação e esperança poderão cumprir parte deste papel. Mas tudo será mais

difícil se não houver uma recuperação das posições democráticas não em termos de poder e governo, mas em termos políticos e culturais.

Os valores democráticos não foram dissolvidos pela barafunda de convicções e disputas ideológicas. Continuam ativos e operantes. Se levados à prática e se institucionalizarem, serão decisivos para soltar a democracia das limitações neoliberais, por um lado, e da oligarquização, da corrupção e da degradação ética, por outro. A principal exigência para que isso se traduza em fato é que as correntes democráticas atuem coerentemente na defesa e no aprofundamento da própria democracia.

A REVOLUÇÃO TECNOLÓGICA E O BRASIL NA INDÚSTRIA 4.0

Marcel Artioli

Nos últimos anos, o surgimento de inovações tecnológicas transformou profundamente as transações de mercado, redefiniu as relações de trabalho, contestou as lideranças de certos sistemas empresariais e reestruturou os sistemas produtivos na economia mundial. Mais importante, modificou a vida cotidiana das pessoas, alterando sobretudo os meios pelos quais elas acessam o mundo. Sob o domínio das finanças mundiais, o ciclo de inovações disruptivas se associou a um novo regime de acumulação capitalista, que alterou em ritmos e movimentos desiguais as relações entre Estados, empresas e estruturas sociais, confluindo para a formação de uma sociedade baseada no conhecimento, cujo conduite é a internet. Na transição da era analógica para o mundo digital, transformaram-se também as formas de geração de riqueza e de exercício do poder nas relações internacionais.

Em que pese o encurtamento das distâncias e o aumento dos fluxos de informações, bens e serviços, a liderança nos processos da política internacional continua a se basear nas decisões tomadas em nome dos Estados. Esses arranjos políticos se modificaram e se expressaram de diferentes formas, mesmo que baseadas nos princípios dominantes das organizações da sociedade ou conforme a urgência conjuntural de problemas específicos e de crises econômicas, políticas e sociais. No atual regime de acumulação e geração de riqueza, o Estado reflete não só o sistema interestatal a que pertence, mas também as formas mais gerais que emergem da natureza das interações entre as sociedades capitalistas.

A experiência econômica recente se caracterizou por um novo ciclo de inovações que deu vazão ao aprofundamento da fragmentação produtiva, alterando dramaticamente o antigo padrão de concorrência multidoméstico e interindustrial. Mediante a liderança de grandes grupos produtivos e

financeiros, uma nova tendência global passou a se formar pelo aumento do comércio intraindústria (entre matriz e subsidiárias) e pela maior integração dos mercados internacionais. Em termos produtivos, a realização das etapas de bens e serviços passou a ocorrer em diferentes países, o que se categorizou como cadeias globais de valor (CGV). Embora essa integração produtiva não seja necessariamente um fenômeno novo, a escala, a velocidade e a complexidade da dimensão atual são evidentemente maiores, em comparação a outras fases da história capitalista.

Longe da ilusão de que o avanço científico, industrial e técnico seja incompatível com a barbárie social e política, como ponderava Walter Benjamin, pode se dizer que uso da tecnologia nas sociedades contemporâneas foi profundamente ambíguo. Na 3ª revolução industrial, o conceito de linhas de produção se caracterizou pela aplicação de eletrônica, tecnologia da informação e automação aos processos industriais a partir de meados da década de 1970. Nesse âmbito, a indústria de semicondutores desenvolveu aparatos como os chips, que possibilitaram o processamento de dados em larga escala, e os satélites, que integraram os meios de comunicação e permitiram o surgimento da internet. Ao mesmo tempo, as tecnologias intensificaram as técnicas modernas de controle e combate, as quais, mais recentemente, passaram a utilizar drones, aviões não tripulados e aparatos cibernéticos para promover ataques à distância. Em grande medida, a tecnociência, justaposição entre capital, técnica e ciência, parece ter se efetivado a partir de uma lógica instrumental que pouco teve a ver com o aperfeiçoamento dos conhecimentos humanos.

No amplo debate sobre as continuidades e rupturas na trajetória histórica do pensamento científico, a abordagem clássica de Thomas Kuhn chama atenção por entender a evolução da ciência a partir da noção de paradigmas. Em termos de continuidade, um paradigma científico seria o conjunto comum de objetos de estudo, práticas e métodos utilizados no estabelecimento das teorias, através das quais os cientistas desenvolveriam conhecimentos. Quando o consenso em torno de ideias esbarrasse em limites explicativos, a ponto de o paradigma ser posto em xeque por não ser mais suficientemente esclarecedor dos objetos de estudo, transcorreriam as revoluções científicas. Nesse contexto, seriam formados novos paradigmas, fundamentados em novos

valores e crenças, os quais, de modo inexorável, estariam incorporados nos novos conhecimentos desenvolvidos.

Com efeito, nas relações erigidas entre ciência, tecnologia, economia e sociedade, os valores e crenças estabelecidas emergem de complexos processos políticos, os quais, por sua vez, se estabelecem no equilíbrio das relações de poder entre as forças sociais. Certamente, este aspecto determina os caminhos a serem trilhados pelas sociedades. Não que os caminhos sejam pré-determinados ou que generalizações históricas não levem a grandes equívocos, mas os padrões relacionais que constituem a política internacional têm enorme relevância para o desenvolvimento econômico e para a posição dos Estados na estrutura da economia mundial.

No capitalismo globalizado, a tendência recente se fundamenta na aplicação de tecnologias digitais (baseadas na internet) aos processos produtivos e ao comércio de bens e serviços. Diretamente relacionados ao maior número de transações, os padrões de consumo delimitam produtos potenciais, seja nas realidades concretas de bens tangíveis, seja no mundo virtual dos serviços intangíveis. Este último aspecto parece ser prioritário, pois, segundo relatório divulgado pela UNCTAD, três quartos da população dos países desenvolvidos e emergentes usam a internet e a taxa de penetração nos países em desenvolvimento é de 50%. Além disso, as modalidades de negócios, como as entre empresas, business-to-business (B2B), e entre empresas e consumidores, business-to-consumer (B2C), aumentaram em um terço seu volume de transações, sendo que mais de dois terços das populações do mundo emergente e desenvolvido compram pela internet. Nesse sentido, a transição das economias para o mundo digital se tornou a prioridade em política econômica, já que as cadeias globais de valor se ajustam crescentemente à nova realidade (digital) do mercado internacional.

Nesse ambiente, dois espectros se avizinham. O primeiro é o vasto desenvolvimento de novas fontes de energia renováveis, as quais alteram o caráter das relações entre os países industrializados avançados e os núcleos mundiais de produção de energia. Desta maneira, as transformações estruturais deverão reduzir a dependência do mundo industrializado -- e gerador de inovações -- das matérias-primas e commodities primárias, das quais, por

exemplo, o Brasil é grande exportador. Os novos processos de produção de materiais e serviços obviamente também reconfigurarão a geografia dos fluxos de comércio e investimento mundial.

Em segundo lugar está a Indústria 4.0 ou a 4ª revolução industrial. Segundo estudo recente divulgado pelo Instituto de Estudos para o Desenvolvimento Industrial (IEDI), essa indústria pode ser entendida como um termo coletivo para abarcar tecnologias e modos de organização da cadeia de valor, as quais se fundamentam em sistemas ciber-físicos (CPS) para monitorar processos, criar cópias virtuais da realidade e tomar decisões descentralizadas. De modo geral, esses sistemas se comunicam e cooperam entre si através da Internet das Coisas (IoT) – uma rede de objetos interconectados e baseados em protocolos de comunicação padrão – e da Internet dos Serviços (IoS), que conecta participantes, modelos de negócio e serviços, que passam a ser oferecidos por vários fornecedores e comunicados para usuários e consumidores. Isso possibilita fornecer serviços organizacionais tanto de gestão interna como de dimensão externa, os quais podem ser utilizados pelos participantes das cadeias de produção. Como consequência dessa reorganização do mundo produtivo, por exemplo, seria possível realizar inúmeras funções descentralizadas e simultâneas, cujos potenciais de diminuição dos custos de trabalho são enormes.

Embora não haja consenso sobre quais tecnologias se sobrepõem a outras ou quais são fundamentalmente essenciais para liderar o crescimento dessa indústria, pode-se dizer que algumas delas já estão sendo intensamente aplicadas à vida econômica, política e social das sociedades. A instrumentalização do Big Data nos processos políticos do Brexit e das eleições dos Estados Unidos escancarou as características arraigadas dos sistemas tecnológicos modernos às condições políticas atuais, cujas delimitações influem sobre as formas pelas quais os atores interagem na realidade.

Outro caso inovador recente se refere ao surgimento das criptomoedas, dentre elas a mais conhecida: o Bitcoin. Embora tenham chamado a atenção por seu caráter especulativo, as criptomoedas abriram espaço para a difusão de uma base técnica com potencial para transformar as redes de transações, os sistemas industriais e até os sistemas institucionais e burocratizados de armazenamento documental dos Estados.

Por trás das transações virtuais das criptomoedas, está a tecnologia blockchain ou distributed ledger technology (DLT). Essa base técnica conforma uma rede infraestrutural de sustentação de protocolos digitais, permitindo que computadores em diferentes localidades realizem e validem transações, além de possibilitar a atualização de registros de forma sincronizada ao longo da rede. De modo geral, umas das propriedades importantes dessa rede de dados em que há o registro das transações é que, uma vez gravada, não há possibilidade de alteração a posteriori. O sistema é de caráter público (open source) e é um arquivo computacional que aumenta de tamanho à medida que as transações são incorporadas no decorrer do tempo. Em outras palavras, os potenciais disruptivos do blockchain combinam a descentralização das funções de armazenamento, o aumento da segurança nas transações entre os membros da rede e a redução de custos e tempo.

A emergência desses sistemas tecnológicos, baseados na integração entre o real e o virtual, são, mais do que fenômenos científico-tecnológicos, processos políticos de dimensões econômicas e sociais. Como argumentado, essa onda digital pode ser entendida, essencialmente, como a ramificação da trajetória de evolução das tecnologias de informação e comunicação (TICs). Esse novo paradigma digital impõe uma série de desafios, especialmente para a realidade brasileira, pois exige, para além das complexas e robustas arquiteturas empresariais, a coordenação de ações e projetos sofisticados de realização econômica, dos quais estão virtualmente incumbidas as esferas do planejamento estratégico do governo brasileiro.

O último plano coordenado de desenvolvimento industrial brasileiro que se tem noticia remonta aos tempos da ditadura militar. Desde então, a trajetória brasileira prossegue um movimento lento de reestruturação produtiva, cuja tendência maior foi se especializar e apresentar uma restrição nas suas bases fundadoras, oriundas ainda da 2ª revolução industrial e baseadas no paradigma tecnológico metalomecânico. Na 3ª revolução industrial, como mencionado, a experiência internacional de países como China, Coréia do Sul e Alemanha, se caracterizou pela formulação de sistemas industriais da eletrônica, o que, apesar dos esforços, não se repetiu no padrão de desenvolvimento brasileiro. Sendo assim, seria possível promover o alcance técnico para a Indústria 4.0 no Brasil?

Dentre as dimensões fundamentais a serem consideradas, uma delas certamente é a matriz energética. A crise dos preços de combustíveis e a greve dos caminhoneiros alertaram a dependência brasileira de combustíveis fosseis e do sistema de transportes baseado em rodovias. Ainda que existam iniciativas para energias renováveis, como o desenvolvimento de biocombustíveis, parece um horizonte distante a transição em curto prazo da (infra) estrutura produtiva brasileira para uma matriz de origem limpa, sustentável e renovável.

Outro aspecto importante diz respeito ao padrão e à intensidade do consumo na realidade brasileira. Na dinâmica capitalista contemporânea, os modelos produtivos estiveram diretamente atrelados aos padrões de consumo diferenciados, isto é, baseados em qualidade de produtos e serviços. Contudo, no caso brasileiro, com base na histórica desigualdade social e na baixa distribuição de renda, a relação produção-consumo esteve diretamente relacionada a elementos de preço. Nesse sentido, considerando as características estruturais e socioeconômicas brasileiras, parece difícil imaginar que consigamos difundir de modo amplo os modelos produtivos e as tendências de consumo em escala capazes de "mover o mundo" da demanda, do emprego e do desenvolvimento industrial, em direção ao padrão 4.0.

Entretanto, nem tudo parece estar perdido. As reconfigurações exercidas pelos sistemas tecnológicos digitais podem significar uma relocalização espacial entre produção e consumo, uma vez que a automação dos processos de trabalho pode reduzir custos, e os padrões de consumo podem se tornar cada vez mais individualizados, diminuindo assim algumas das vantagens competitivas, em escala e custo, do grande fio condutor da economia mundial hodierna: a China. Muito possivelmente, as agências chinesas já reconhecem esses possíveis obstáculos e devem estar se mexendo para o redirecionamento de suas capacidades produtivas ociosas. Para a realidade brasileira, essa pode ser uma grande oportunidade.

A AGENDA CONTRA-HEGEMÔNICA, A ORDEM INTERNACIONAL NO SÉCULO XXI E O FATOR TRUMP

Gustavo Oliveira Teles de Menezes

O início do século XXI foi marcado por significativas alterações na estrutura de poder no sistema internacional, acompanhadas por não menos importantes tensões concernentes ao ordenamento normativo da sociedade de Estados. A percepção do exercício abusivo e desastrado do poder norte-americano, que desafiou princípios como a soberania e o multilateralismo no "momento unipolar" do Pós-Guerra Fria, conjugou-se com insatisfações com as incoerências e as falsas promessas de prosperidade da expansão aparentemente imparável da "ordem liberal" capitaneada por Washington. Fermentaram-se, desse modo, contrarreações internacionais que se desdobraram em significativo questionamento da hegemonia global consolidada pelos EUA nos anos 1990.

A partir dos anos 2000, um mistura de fatores composta por condições econômicas internacionais favoráveis, convergências ideológicas e lideranças assertivas em países não pertencentes ao centro de poder militar e econômico mundial criaram as condições para a formação de blocos, coalizões e alianças de diversas amplitudes e dimensões que desafiaram a primazia estratégica, ideológica e normativa da superpotência norte-americana. No âmbito econômico, e com pretensões de alcance global, o G20 comercial congregou diversos países em desenvolvimento, entre os quais o Brasil, em prol de uma liberalização simétrica do comércio mundial. No G20 financeiro, por sua vez, os EUA e seus principais parceiros ocidentais, maiores economias do planeta, tiveram sua predominância diluída pela atuação de potências emergentes interessadas em pulverizar o poder decisório na governança econômica mundial. Nesse sentido, a débâcle no centro do capitalismo em 2008 foi um marco para o fortalecimento da narrativa e da atuação política contra-hegemônica em nível mundial.

Já o BRICS (Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul) veio a conjugar considerações políticas, securitárias e econômicas em um arranjo que simultaneamente enfatiza – ao menos em nível retórico -, a observação e democratização dos princípios do sistema multilateral existente (vide críticas ao "militarismo unilateral" estadunidense executado à revelia da ONU) com o desenvolvimento de instituições de cooperação próprias (no que se destacam o Novo Banco de Desenvolvimento e o Arranjo Contingente de Reservas, marcos estabelecidos na cúpula de Fortaleza em 2014). Por fim, o período em questão também viu florescerem iniciativas de alcance regional com o intuito de mitigar, por meio da ação concertada, a influência dos EUA na condução de assuntos de segurança de diversa natureza. Destacam-se, nesse sentido, instituições como a Organização para Cooperação de Xangai (OCX, fundada em 2001), que congrega Rússia, China e uma série de países asiáticos, e o Conselho de Defesa Sul-Americano (2008, vinculado à Unasul), que uniu os países do subcontinente em prol da coordenação militar sem contar com a tradicional interferência de Washington na região.

O "mundo pós-americano" que nascia na primeira década do novo milênio veio a receber novos e cruciais inputs na década seguinte. De um lado, o arrefecimento das condições internacionais que favoreceram a ascensão de países como Argentina, Brasil e Rússia (ciclo de commodities) moderou seu crescimento econômico e afetou negativamente uma das bases de sustentação das coalizões da década anterior. No caso sul-americano, inclusive, tal tendência levou ao esgotamento e posterior substituição das forças políticas mais inclinadas à concertação contra-hegemônica internacional que estiveram no poder em seus países. Do outro lado, as consequências da crise ucraniana de 2013-2014 movimentaram as placas tectônicas da geopolítica mundial em direção a uma contestação mais séria da hegemonia dos EUA. Washington e seus aliados ocidentais buscaram punir a Rússia de Vladimir Putin submetendo-a ao ostracismo internacional por meio de sanções econômicas, pressões militares e um virulento discurso antirrusso.

Tais fatores fortaleceram na maior potência militar eurasiana a convicção de que as tentativas de parceria e integração de Moscou à comunidade de segurança ocidental, pilares da política externa russa desde o fim da Guerra

Fria, perderam muito de seu sentido enquanto eixo predominante de ação estratégica do país. O "pivô para a Ásia" e a concepção correlacionada de "Grande Eurásia" vêm tomando a histórica centralidade do Ocidente na visão estratégica russa, tendência que tem se consubstanciado nos esforços de elevação do intercâmbio econômico e da cooperação política e militar com a China. Nesse sentido, apesar de diferenças de ênfase e divergências em assuntos pontuais, prevalecem as convergências entre Moscou e Pequim a respeito de uma ordem mundial multipolar não propriamente antiamericana, mas uma em que o poder dos EUA é domado pela dispersão de centros de poder ao redor do planeta. Nisso, o amadurecimento do eixo Rússia-China, que encontra expressão concreta em coalizões, grupos e iniciativas como o BRICS, a OCX (que passou a incluir a Índia em 2017) e a compatibilização entre a União Econômica Eurasiática e a Rota da Seda, o consolida como um importante polo de atração para outras lideranças interessadas na moderação da superpotência norte-americana.

Poucos anos após a crise ucraniana, a chegada de Donald Trump à presidência dos EUA prenunciou o início de uma época de ainda mais desafios nos embates geopolíticos e normativos pela conformação da ordem internacional. Embora, em sentido estratégico, não difira de seus antecessores no sentido de buscar a perpetuação da primazia de seu país no sistema internacional, os meios empregados por Trump para tanto representam uma dupla tensão em relação ao curso tradicionalmente seguido por Washington no passado. Em primeiro lugar, o novo presidente é abertamente cético quanto à conveniência da "ordem multilateral-liberal baseada em regras", para a consecução de seu objetivo estratégico. Deixando de lado discussões sobre o quão multilateral, liberal e baseada em regras essa ordem de fato é/era, importa salientar que as críticas de Trump nesse sentido enfraquecem um dos principais artifícios por meio dos quais os EUA historicamente racionalizaram sua hegemonia e cooptaram outros Estados para debaixo de sua "liderança" estratégica e normativa. Em segundo lugar, as vocais sinalizações de que os norte-americanos, lastreando sua vontade no imenso poder material de que dispõem, não se submeteriam aos constrangimentos dessa ordem quando julgarem necessário, alimentam a insegurança de outros atores do sistema internacional com respeito a Washington.

Antes de chegar à metade de seu mandato, a administração Trump deu diversas demonstrações concretas de que se pautaria por esses princípios em suas relações exteriores. As intimidações dirigidas a países como Síria, Irã, Coreia do Norte e Venezuela recuperaram as noções de rogue states e do "eixo do mal" consagradas sob George W. Bush. Mesmo quando não amparado em atos, o comportamento ameaçador, enquanto modo de agir, mantém vivo o espectro da agressividade unilateral e contribui para deteriorar o já desgastado prestígio norte-americano no cenário internacional. Mais recentemente, ameaças de decisões de cunho protecionista no âmbito econômico tensionaram princípios do comércio mundial balizados pela OMC e suscitaram contrarreações do principal alvo em potencial dos EUA, a China.

Significativamente, a tentativa de socialização dos custos de se "tornar a América grande novo" endereçou-se até mesmo aos tradicionais aliados estadunidenses da União Europeia, que prometeu retaliar caso atingida pela guerra comercial ameaçada por Trump. Nesse sentido, a saída de Washington do acordo nuclear iraniano também representou outro golpe na aliança transatlântica, não só por questionar o princípio de harmonia com as outras potências ocidentais, mas também pela possibilidade de as sanções norte-americanas previstas contra o Irã afetarem empresas europeias com laços econômicos no país do Oriente Médio.

Por fim, apesar de relatos dos bastidores sugerirem uma postura menos hostil de Trump quanto à Rússia, os EUA deram continuidade à política de "neocontenção" àquele país lançada pela administração Obama. Impulsionada por uma quase unanimidade antirrussa no cenário político doméstico norte-americano, tal curso constrange a margem de manobra para um rapprochement com Moscou e sedimenta as percepções das lideranças russas sobre a irreversibilidade do distanciamento duradouro com respeito a Washington. Com o aprofundamento desse cenário, a tendência é que as relações entre Rússia e EUA, as duas maiores potências nucleares do planeta, solidifiquem um caráter eminentemente transacional, pautado cada vez mais pelo equilíbrio de poder e menos por uma improvável convergência de princípios normativos sobre a ordem internacional.

Diante desse novo contexto, pode-se esperar uma requalificação da agenda de difusão de poder e da reforma normativa na ordem internacional. Embora

alguns formatos já não tenham o mesmo ímpeto da década anterior à presente, as bandeiras contra-hegemônicas dos primeiros anos do século XXI mantém-se atuais. Ainda que não possam necessariamente se desdobrar em novas coalizões e grupos, tais ideias são capazes de cooptar, por outro lado, atores interessados em uma ordem internacional menos sujeita ao poder discricionário estadunidense, assim como novos potenciais insatisfeitos com a corrente assertividade hegemônica norte-americana que sinaliza altos custos para aqueles que obstaculizarem os anseios declarados pelo novo governo na Casa Branca. É exatamente a percepção dessas tensões que esteve por trás do convite feito recentemente na Rússia por Vladimir Putin, na presença de visitantes ilustres como Emmanuel Macron e Shinzo Abe, para o avanço de uma agenda contra-hegemônica na política internacional.

COMÉRCIO INTERNACIONAL: ENTRE O PROTECIONISMO ESTADUNIDENSE E O AVANÇO DO DRAGÃO CHINÊS

Desiree Almeida Pires

Com a vitória do republicano Donald Trump em 2016, os Estados Unidos entraram em um novo período de sua história, norteado pelo slogan presidencial do make America great again. Contestando os gastos assumidos pelo país, desde o pós-Segunda Guerra Mundial, para manter a estabilidade econômica e a segurança internacionais, Trump vem tomando decisões que podem colocar em xeque tanto a posição hegemônica dos Estados Unidos no cenário internacional, quanto os pilares institucionais do multilateralismo.

No que tange as questões econômicas, um bom exemplo de mudanças nas políticas adotadas pelo presidente Trump é a recente medida protecionista, anunciada em março, de aumento nas tarifas sobre as importações de aço e alumínio em 25% e 10%, respectivamente. Embora trate-se de uma política industrial voltada para impulsionar as indústrias siderúrgica e de alumínio, Trump alegou que a medida é uma questão de segurança nacional e, assim, colocou em xeque as regras do comércio multilateral. Isso porque os países membros da Organização Mundial do Comércio (OMC) podem convocar o estado de exceção e declarar alguma questão como sendo de segurança nacional para levantar barreiras comerciais. Dessa forma, os mecanismos de funcionamento do Órgão de Solução de Controvérsias da OMC são abalados e abre-se precedente para que outros países reivindiquem a segurança nacional para impor barreiras.

Quando a decisão foi tomada, Trump declarou que os países verdadeiros aliados dos Estados Unidos não sofreriam com a medida e poderiam negociar as taxas. O presidente considera que os verdadeiros aliados são aqueles países que não praticam comércio injusto com os Estados Unidos e que não apresentam ameaças à segurança nacional. A declaração, entendida como uma

ameaça às regras do comércio internacional, foi vista como uma chantagem, inclusive porque podem ser isentos da medida países que contribuírem mais com a Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) e que reduzirem tarifas de produtos estadunidenses.

Canadá e México, parceiros comerciais do NAFTA, tiveram a isenção da medida vinculada às negociações do bloco, e cogitava-se excluir também a Austrália. Outros países se posicionaram logo após o anúncio da medida, como o Japão que alegou que suas exportações de aço e alumínio não são uma ameaça à segurança dos Estados Unidos, sobretudo por ser seu maior aliado militar e econômico, e que contribui para o crescimento do emprego e da indústria estadunidenses. O primeiro-ministro japonês, Shinzo Abe, buscava tentar convencer os Estados Unidos a voltarem a negociar a Parceria Transpacífico (TPP), o que, do ponto de vista do ministro, seria o melhor para ambos os países – uma recusa a se submeter à coerção estadunidense.

A União Europeia, às voltas com a divisão gerada pelo Brexit, além de afirmar que a medida não foi imposta devido a questões de segurança nacional, ameaçou retaliar, via ação na OMC, produtos dos Estados Unidos, como calças jeans da marca Levi's, uísque Bourbon, pasta de amendoim e cranberry, caso não fosse excluída da tarifação. Defendendo a negociação em bloco, a Comissão Europeia posicionou-se contra o Reino Unido, que prefere negociar bilateralmente.

No Brasil, os ecos do protecionismo de Trump foram sentidos logo após a oficialização da medida. Além dos impactos comerciais, visto que os Estados Unidos são o segundo maior parceiro comercial do Brasil e destino de cerca de um terço das exportações de aço, o setor financeiro sofreu impactos ao registrar queda de 4% nas ações da Usiminas, 5,08% nas da Gerdau e 4,18% das ações da CSN.

Reunido com o secretário de comércio dos Estados Unidos, Wilbur Ross, o responsável pelo Ministério da Indústria, Comércio Exterior e Serviços (MDIC) do Brasil, Marcos Jorge, afirmou que o aço brasileiro não representa uma ameaça à segurança nacional dos Estados Unidos, visto que 80% das exportações do Brasil ao país são de produtos semiacabados. O secretário

estadunidense se comprometeu a analisar o pedido da delegação brasileira, que ainda poderá pedir recurso para reverter a taxação e levar o caso à OMC.

Atualmente, os insumos brasileiros de aço e alumínio têm pago tarifas de até 0,9% e 2%, respectivamente, para os Estados Unidos que são o principal comprador de aço brasileiro. As novas tarifas tendem a desequilibrar a indústria siderúrgica nacional – responsável por cerca de 100 mil empregos – e a balança comercial brasileira.

Com essas medidas protecionistas, pelo menos dois efeitos tendem a se revelar no âmbito do comércio internacional. Por um lado, a escalada de uma guerra comercial pode de fato ocorrer por meio de retaliações mútuas, o que prejudicaria os fluxos comerciais com as diversas barreiras impostas. Mesmo que os Estados Unidos venham a fazer concessão aos países "amigos", muitos outros tendem a ser prejudicados e devem ir atrás de direitos compensatórios.

Por outro lado, a brecha aberta por Trump aos países considerados verdadeiramente aliados dos Estados Unidos pode ser vista como uma estratégia para a retomada das negociações bilaterais em detrimento do comércio multilateral. Esse tipo de negociação, em uma situação caracterizada por relações assimétricas de poder, tende a beneficiar um lado em detrimento do outro – normalmente o lado com mais recursos de poder.

No contexto das negociações bilaterais, os desequilíbrios nas balanças comerciais seriam acentuados, visto que, via de regra, os países desenvolvidos exportam produtos manufaturados e de alta tecnologia enquanto os países em desenvolvimento exportam sobretudo commodities. Nas negociações multilaterais, os países com menor poder de barganha buscam recorrer às coalizões e assim diminuir suas desvantagens durantes as interações.

Ao final de março, Europa, Canadá, México, Argentina, Austrália, Brasil e Coreia do Sul foram isentos da tarifa; o que não põe fim a uma série de medidas protecionistas e tarifações sobre diversos produtos que o governo Trump vêm adotando. Ao final de maio, o presidente Trump fez novo anúncio alegando que não conseguiu negociar com os países e impôs as tarifas de 25% e 10% sobre aço e alumínio para União Europeia, Canadá e México. A União Europeia e o México já se manifestaram indicando que colocarão encargos

sobre os produtos estadunidenses, e o Canadá denunciou na OMC a medida dos EUA como inconsistente com as regras multilaterais de comércio. Argentina, Austrália e Coreia do Sul foram isentos da tarifa sobre o aço. Para o Brasil, a isenção veio sobre o alumínio, mas restrições, por meio de cotas e sobretaxas, foram impostas sobre o aço.

O estopim da guerra comercial parece ser o anúncio de tarifação sobre cerca de 1300 produtos chineses – e o anúncio chinês de tarifação sobre 128 produtos estadunidenses. O principal impacto da medida seria o início de uma guerra comercial com a China, país que vem crescendo economicamente, cujo recente protagonismo no cenário internacional é uma ameaça aos Estados Unidos e que tem sido a principal acusada de praticar comércio injusto com o país. Trump, no entanto, não parece se preocupar com uma possível guerra comercial, visto que afirmou em seu Twitter que tais guerras são boas e fáceis de vencer.

Especialistas afirmam que a medida de Trump não foi uma estratégia bem delineada, visto que o país incluiu parceiros comerciais importantes na tarifação – parceiros estes que podem voltar suas atenções para possíveis benefícios oferecidos pela China. A retaliação chinesa vem na forma de tarifação sobre produtos estadunidenses como carne de porco, vinho e soja – a tarifação sobre a soja, contudo, poderia beneficiar o Brasil que, atualmente, exporta cerca de 80% da produção do grão para os chineses, já que a China diminuiria as importações do produto feitas com os Estados Unidos.

Trump continua alegando que a guerra comercial será benéfica, pois, para o presidente estadunidense, seu país já vinha perdendo a guerra. A medida seria o começo da recuperação econômica dos Estados Unidos, um pouco de dor ao início para um fortalecimento posterior. Esteja o presidente certo ou não, países menos fortes economicamente serão, com certeza, os mais prejudicados pela guerra comercial entre as duas maiores economias globais. Um grupo de 41 países, dentre os quais se inclui o Brasil, se manifestou perante a OMC pontuando suas preocupações em relação às tensões comerciais e ao enfraquecimento do sistema multilateral de comércio.

As incertezas sobre os rumos da guerra comercial despontam no cenário internacional. Para o Fundo Monetário Internacional (FMI), pilar financeiro da ordem econômica internacional, as previsões otimistas sobre o crescimento da

economia internacional em 2018 e 2019, que giram em torno dos 4%, podem ser minadas. Christine Lagarde, diretora-geral do Fundo, ao afirmar que as prioridades da instituição são evitar o protecionismo, proteger contra o risco financeiro e promover o crescimento a longo prazo, ressaltou que restrições ao comércio internacional afetam as cadeias globais de produção e a disseminação de novas tecnologias. A diretora defende que as disputas econômicas entre Estados Unidos e China devem ser resolvidas com diálogo – solução bem diferente dos ataques e contra-ataques disparados dos lados opostos do Pacífico.

Como qualquer outra guerra, a guerra comercial entre as duas potências econômicas trará prejuízos a todos os envolvidos – sobretudo àqueles que não dispõem de tanta força para negociar ou coagir – de bloqueios às cadeias produtivas à queda das exportações dos países subdesenvolvidos, passando pelos abalos ao sistema multilateral de comércio baseado na OMC. Alguns, entretanto, indagam se as regras do comércio multilateral deixaram de ser necessárias, de modo que um retorno às negociações bilaterais possibilitasse maior fluxo comercial dada a menor rigidez nas regras. Talvez sim para Estados Unidos e China, mas o que fariam os países em desenvolvimento entre os ataques do Tio Sam e os contra-ataques do dragão asiático? Resta a única saída possível: a continuidade de um sistema com regras rígidas, mas com melhores possibilidades de negociação, do que a incerteza de participar de um jogo em que as regras são inconstantes e inconsistentes.

AS TRANSFORMAÇÕES NO GOVERNO XI JINPING

Emerson Junqueira

O sistema político chinês chamou a atenção da mídia ocidental nos últimos meses com o fim do limite de reeleição ao mandato presidencial. Para uma melhor compreensão do significado deste acontecimento é necessário fazer algumas observações sobre o funcionamento da estrutura política chinesa. Ao contrário de algumas percepções ocidentais da China como uma ditadura hierárquica e centralizada, o sistema político chinês é complexo, difuso e competitivo. A estrutura política é composta por duas instituições interligadas e verticais, o Partido Comunista Chinês (PCC), liderado pelo Secretário Geral, e o aparato governamental, liderado pelo primeiro-ministro e o Conselho de Estado. Somam-se a esta estrutura o Congresso Nacional do Povo, instância legislativa unicameral, e o Exército Popular de Libertação, comandado pela Comissão Militar Central, presidido pelo Secretário Geral do PCC.

O governo chinês possui no Conselho de Estado sua formação executiva, com reuniões constantes entre os membros do Comitê Permanente do Conselho de Estado, responsáveis pela administração diária, liderado pelo primeiro-ministro. O Congresso Nacional do Povo é a maior instância legislativa do país, responsável pela eleição do presidente, vice-presidente, cargos de valor simbólico e primeiro-ministro. Apesar de a constituição afirmar que esta instituição concentra o poder na China, estando acima do Conselho de Estado, na prática ela possuí força limitada, sendo subordinada ao Executivo e ao Partido Comunista.

O Partido Comunista esta presente na estrutura governamental, no exército e nas empresas de capital estatal. O principal órgão de decisão do PCC é o Politburo e o seu Comitê Permanente, formado pelos líderes do Partido. O Politburo não possui uma periodicidade formal de reunião, sendo invocado

quando o tema é considerado de extrema importância ou quando alguma decisão necessita legitimidade. O Comitê Permanente do Politburo, composto pelos principais líderes (geralmente entre cinco e nove membros), se reúne com maior regularidade e versam sobre todos os assuntos da China, como por exemplo, segurança, economia e saúde. Outra instituição importante é o Congresso Nacional do Partido Comunista, formado pelos delegados do partido, com reuniões a cada cinco anos que definem a direção política e econômica do país, elegem os membros do Politburo e o Secretário-Geral. Em sua última sessão, realizada em 2017, o congresso reelegeu Xi Jinping para o seu segundo mandato como Secretário-Geral.

Xi Jinping assumiu o comando do Partido Comunista, da Comissão Militar Central e presidência da China em 2013. Já no mesmo ano Xi demonstrou sua força política ao liderar as discussões do partido, conseguindo consenso entre as lideranças do Partido em diferentes temas. Xi anunciou, no Politburo, reformas nas mais diversas áreas, encontrando precedente apenas nas reformas de Deng Xiaoping em 1978. Ademais Xi possui conexões com as principais forças chinesas, por ser um "príncipe", ou seja, filho de um ex-membro do alto escalão do PCC, tem acesso à elite política, além de dispor do apoio dos militares e dos líderes provinciais.

No seu primeiro mandato Xi Jinping iniciou uma campanha de combate à corrupção. Ações contra a corrupção não são uma novidade na China, sendo invocada de tempos em tempos com o discurso de a corrupção ser nociva à própria existência do Partido. A diferença da campanha atual é a investigação de membros do baixo e alto escalão, ao contrário das anteriores que atuavam apenas nos níveis inferiores do PCC, e também nos corruptores, isto é, as empresas, principalmente estrangeiras, que desejam obter vantagens econômicas. No entanto há uma contradição neste procedimento, pois conforme as investigações avançam em direção às lideranças do Partido, o inquérito se torna opaco, pois o julgamento fica a cargo do Comitê de Disciplina do Partido Comunista, realizado de forma secreta. A campanha anticorrupção de Xi também tem sido analisada como um meio de eliminar adversários políticos e consolidar seu poder dentro da China.

A reeleição de Xi ocorreu no XIX Congresso do Partido Comunista. Além deste fato o congresso também promoveu mudanças constitucionais, prática

comum, e incorporou o pensamento de Xi Jinping à Constituição ("Pensamento de Xi Jinping sobre o socialismo com características chinesas para uma nova era"). A incorporação de ideias dos mandatários chineses à constituição é comum na China, porém ao incorporar o nome de Xi, fato que ocorreu somente com Deng Xiaoping e Mao Tsé-Tung, consolida-se a força que o atual líder possui no sistema político.

Incomum foi a ausência de indicar dois novos líderes ao Comitê Permanente do Politburo, um sucessor para o cargo de primeiro-ministro e outro para o de Secretário Geral para 2022, data que, em teoria, Xi deve abandonar a liderança do partido. Fato associado ao fim da restrição de limite de dois mandatos para presidente no Congresso Nacional do Povo, realizado em 2018, e que gera discussões sobre a possível permanência de Xi Jinping no poder depois de 2022. Contrariando a análise da permanência de Xi Jinping no poder, está a conservação da regra de aposentadoria do Politburo aos 68 anos, inalterada nos últimos quatro congressos do partido. Existe a especulação de o atual presidente modificar o mecanismo de sucessão, algo que ele fez para alguns cargos inferiores dentro do partido tendo em vista que ao apontar um sucessor no começo do segundo mandato o presidente anterior Hu Jintao minou sua capacidade de ação e de alcançar consenso. Todavia, mesmo que Xi Jinping não permaneça na liderança do partido, ele ainda manterá autoridade na China.

O congresso também reafirmou a missão de construir uma "sociedade moderadamente próspera" cuja meta é dobrar os valores do PIB e a renda per capita de 2010 até 2020, comemorando o centenário da criação do Partido Comunista. Além de modernizar as forças armadas e promover projetos regionais. Dentre os temas debatidos no XIX Congresso do Partido Comunista, a política externa foi uma das áreas que sofreu modificação com a declaração do início de uma "nova era". Segundo seus formuladores a China tem a capacidade e a intenção de assumir um papel ativo no sistema internacional, rompendo com a estratégia anterior de "esconder e esperar". Até então, a diplomacia chinesa deliberadamente optou por manter um perfil internacional discreto, visando a manutenção do crescimento econômico e estabilidade política. Apesar desta declaração, o Partido indica manter os mesmo princípios

adotados anteriormente, como o conceito de desenvolvimento pacífico, ou seja, a ideia que o crescimento da China não constitui um fator de desestabilização e competição para os demais atores, pois há a necessidade de um ambiente internacional estável para a economia chinesa crescer, contrariando a perspectiva histórica sobre a ascensão de uma potência desencadear conflitos e guerras no cenário internacional.

Em termo de ações, já no primeiro mandato de Xi Jinping houve indícios desta mudança de ação externa. Em primeiro lugar Xi centralizou o processo de decisão, como a criação do Comitê de Segurança Nacional, solucionando a inconsistência e falta de coordenação diplomática, formando uma articulação entre o governo central e as províncias e entre atores estatais e não estatais. Outra mudança foi o emprego de recursos econômicos para atingir fins diplomáticos, invertendo a lógica predominante na política externa chinesa do uso da diplomacia para promover ganhos econômicos.

Com efeito, a política externa de seu governo pode ser caracterizada como "desenvolvimento pacífico 2.0", possuindo como principais elementos a defesa mais assertiva dos interesses nacionais, exemplificado pelos exercícios militares em territórios em disputa, por exemplo, no Mar do Sul da China, e a expansão desta noção para além da segurança, incluindo "interesse de desenvolvimento", como a defesa de rotas de comércio. E a ideia de reciprocidade, isto é, se o "desenvolvimento pacífico" originalmente foi concebido como forma de assegurar às demais potências a intenção da China em não desafiar a ordem internacional, nesta nova abordagem Pequim procura a garantia dos demais países que o seu desenvolvimento e interesses também não serão alvo das outras potências.

Em termos de ações concretas, o primeiro mandato de Xi Jinping foi marcado pela criação do Asian Infrastructure Investment Bank (AIIB) e o One Belt, One Road Initiative (OBOR). O AIIB surgiu do descontentamento do governo chinês com as reformas das instituições internacionais, nomeadamente o Banco Mundial e o Banco Asiático de Desenvolvimento. Apesar da mudança no sistema de voto nestas duas organizações para acomodar o crescimento dos países emergentes, elas foram insuficientes, pois os países desenvolvidos continuaram a possuir maior peso no processo de decisão. O AIIB foi criado

como resposta à manutenção do status quo, o objetivo não é a criação de uma nova ordem internacional e sim utilizar instituições internacionais para ganhar status e consolidar legitimidade no plano doméstico.

Apesar da ação americana, o AIIB foi estabelecido em 2016 com um capital inicial de 100 bilhões de dólares, contando com a participação de mais de 50 países, incluindo tradicionais aliados dos EUA, como Grã-Bretanha, Coréia do Sul e Austrália, cujas empresas percebem possibilidades de ganhos econômicos ao engajar nessa instituição. O banco conta com estruturas, seja a tomada de decisão ou a burocracia, semelhantes aos demais bancos de desenvolvimento existentes, com a diferença que a China detém poder de veto nas decisões mais importantes, semelhante ao papel americano no FMI e Banco Mundial. O objetivo oficial do banco é promover a cooperação regional e parcerias para lidar com os problemas de infraestrutura asiáticos, porém também pode ser interpretado como um meio de alavancar os projetos da OBOR.

Em 2013 durante uma visita ao Cazaquistão Xi Jinping expôs a ideia de construir um "corredor econômico" conectando a China, Mongólia, Ásia Central, Rússia, Irã, Turquia, os Balcãs, Leste Europeu até a Alemanha. Posteriormente em visita ao Sudeste Asiático, o primeiro-ministro chinês anunciou o plano "Rota Marítima da Seda", conectando a China ao Sudeste Asiático, Bangladesh, Índia, Golfo Pérsico e o Mediterrâneo. Os dois projetos possuem uma série de elementos que se sobrepõem – criar e desenvolver ferrovias transcontinentais, portos, oleodutos e gasodutos – sendo o conjunto denominado One Belt, One Road Initiative.

A iniciativa é criticada por ser vaga e ambiciosa, mas pode ser analisada como um reflexo da ascensão chinesa e seu poder internacional, guiados por motivações históricas, econômicas e estratégicas. O projeto tem como referência a Rota da Seda, uma rede de rotas terrestre e marítimas que conectou a China ao restante da Eurásia até meados do século XV. Ao promover esta iniciativa, a China tem interesse em modernizar a deficiente infraestrutura dos outros países asiáticos, a conectividade pode gerar o aumento do comércio com a região, constituindo mercados para seu excedente de manufaturas e capacidade de construção, e melhorar as relações diplomáticas com seus vizinhos. As empresas chinesas terão incentivos a investir no exterior, dando

continuidade à estratégia going-global. Ademais, ao integrar essas províncias ao comércio internacional, o OBOR pode gerar desenvolvimento econômico para o interior ocidental da China, região pobre que não obteve o mesmo nível de crescimento que as regiões costeiras. Estrategicamente o projeto vai permitir diversificar os fornecedores de energia e produtos naturais, e assegurar rotas comerciais, garantindo segurança energética e econômica para a China. Além de absorver o excesso de capacidade da produção manufatureira, da indústria pesada e construção que a economia chinesa não consegue empregar domesticamente. Financeiramente o OBOR vai ser financiado pelo "Fundo da Rota da Seda" com um orçamento de 40 bilhões de dólares, além de mais 31 bilhões de dólares de bancos chineses. O AIIB deve auxiliar os projetos do OBOR não apenas financeiramente, mas também politicamente, visto que apresentar projetos desta iniciativa sob a bandeira do governo chinês gera desconfiança dos demais países, porém ao apresentá-los dentro da estrutura multilateral do banco aparenta limitar a margem de ação da China, mesmo que em ambos os casos seja o Estado chinês que lidere estes empreendimentos.

O projeto chinês conta com desafios, internos e externos, que podem prejudicar a estratégia de Pequim. Internamente apesar das iniciativas de centralização de Xi Jinping nos tema de política externa, não está claro qual será a liderança central na coordenação do OBOR e a falta de organização burocrática pode atrasar ou inviabilizar os projetos. Externamente existem mais problemas, sendo estes mais políticos do que econômicos, visto que as regiões do projeto incluem áreas de instabilidade, como o Oriente Médio, ademais as empresas chinesas não possuem experiência e conhecimento da política e cultura dos outros países, podendo dificultar o processo de negociação. Além da oposição dos EUA, cuja percepção da China é a de um ator que pode desafiar sua hegemonia, e a desconfiança dos outros atores regionais, como o Japão, o qual interpreta as ações da China como um desafio à sua liderança no Banco Asiático de Desenvolvimento, há também a preocupação dos membros da ASEAN, cujo aprofundamento das relações econômicas pode levar a uma dependência da China.

REFUGIADOS, DESLOCAMENTOS, MIGRAÇÕES

Laís Azeredo Alves

Nos últimos anos, o volume dos fluxos migratórios alcançou níveis sem precedentes. As motivações que levam à emigração são diversas, e vão desde questões econômicas, até casos que envolvem perseguições, conflito civis, desastres ambientais e violações sistemáticas de direitos humanos.

Os dados da Organização Internacional para as Migrações indicam que o número de migrantes internacionais em 2017 foi de 257 milhões. Em termos de migração forçada, são 65,8 milhões, volume sem precedentes, segundo o Alto Comissariado da ONU para Refugiados (ACNUR). Todavia, ao considerarmos um contexto de população mundial de 7,4 bilhões, o número de pessoas que vivem fora de seu país de origem representa apenas 3,4% da população mundial. É fato que houve aumento com relação aos números apresentados em 2015, quando havia 244 milhões de migrantes internacionais, sendo 3,3% do total da população mundial. No entanto, como é possível observar, nesse intervalo de dois anos, além da variação não ter sido tão significativa, a porcentagem de nacionais que permanecem em seu local de origem é exponencialmente maior do que a de imigrantes internacionais. Os números contrariam a prevalecente abordagem midiática e governamental, que trata a questão de uma forma irresponsável, apresentando esse cenário de deslocamento como uma "invasão".

A política de fechamento de fronteiras que vem sendo adotada por muitos países, principalmente do norte global, é reflexo da reprodução dessa retórica, junto a um ideário de que a imigração representa uma ameaça ao Estado e à sociedade. Essa abordagem tem sido praticada nas últimas décadas no âmbito europeu e nos EUA. As consequências disso podem ser observadas no aumento de violações de direitos humanos contra imigrantes no trânsito e na chegada a esses países, mas também na opção por deslocamentos no Sul Global.

Países europeus como Alemanha, Grã Bretanha, França, Itália e Espanha possuem o maior número de imigrantes em termos absolutos, mas também estão entre os principais países de emigrantes. No entanto, de acordo com o ACNUR, os países em desenvolvimento são os responsáveis pelo acolhimento de 84% dos refugiados do mundo. Atualmente os países que lideram o número de acolhimento dessa categoria de migrantes são: Líbano, seguido da Jordânia, Nauru, Turquia e Chad, segundo dados da Migration Data Portal.

A tentativa de projetar o futuro dos fluxos migratórios é uma tarefa que pode mostrar-se traiçoeira, devido, principalmente, à inconstância dos inúmeros fatores que influenciam nesse processo, que vão desde questões políticas e econômicas até eventos naturais. Um exemplo disso foi a projeção realizada pela OIM em 2003 para o ano 2050, em que se previu que a população migrante chegaria a representar 2,6% da população mundial, estimativa que, como visto, foi facilmente ultrapassada. Todavia, o que se pode esperar para os próximos anos em termos de fluxos migratórios é que os números continuem altos, já que não são criadas iniciativas que mitiguem as causas que geram o deslocamento.

Essa tendência de permanência dos fluxos pode gerar impactos no sistema internacional, a depender do tipo de resposta que será dada para tratá-los. Caso os países do norte permaneçam com uma abordagem securitária e de fechamento de fronteiras, grupos de criminalidade transnacional, como traficantes de pessoas, vão adquirir mais poder e espaço para atuação. Nesse tipo de política, os resultados esperados são os seguintes: (1) os imigrantes poderão acessar os territórios, mas permanecerão alheios aos direitos e às políticas públicas, tratados como não-cidadãos, na condição de irregulares; (2) ou os imigrantes buscarão abrigo em destinos que possibilitem sua entrada, especialmente nos países do Sul Global, onde poderão compor junto à população marginalizada nacional a luta por direitos.

Os impactos desses elementos no sistema internacional não alteram sua lógica, mas a corroboram. Se tomarmos como base o ideário que divide o mundo em três zonas – centro, semiperiferia e periferia –, o cenário atual não apresenta mudanças com a prevalência da abordagem securitária. Os países ricos continuariam a ter acesso a uma mão de obra barata e vulnerável,

necessária para diversos setores da economia, sem precisar responsabilizar-se com os custos que esses imigrantes poderiam apresentar, já que, na condição de irregulares, não teriam acesso aos serviços públicos. Quanto aos países em desenvolvimento e menos desenvolvidos, ao mesmo tempo em que continuam a gerar motivações que levam ao deslocamento internacional, também se tornam receptores, aumentando as massas de excluídos, com a chegada desses novos "outros".

Nesse ínterim, destaca-se o papel do Brasil, na qualidade de semiperiferia, constituindo-se, novamente, como um país de imigração. Nas últimas décadas, nacionais não só de Estados vizinhos, mas também de lugares longínquos, como Oriente Médio, África e Ásia têm buscado o país como opção de destino migratório. O aumento nesses fluxos deveu-se a fatores externos, como o supracitado fechamento de fronteiras de antigos destinos; e interno, devido à notoriedade e ao crescimento econômico que o país havia adquirido nos últimos anos.

As respostas oferecidas pelo governo brasileiro diante dessa demanda migratória são, todavia, contraditórias. Apesar de reproduzir um discurso de acolhida humanitária no sistema internacional, nos últimos dois anos o tratamento aos fluxos não teve o paradigma dos direitos humanos como base para suas ações. O fluxo mais recente de venezuelanos é emblemático dessa situação: mesmo após reconhecer que se tratava de pessoas com necessidade de proteção e que fugiam de um local com grave e generalizada violação de direitos humanos, os venezuelanos têm enfrentado diversos problemas no trânsito, na fronteira e na integração no Brasil.

A região norte do país, especificamente o estado de Roraima, ficou sobrecarregado com o influxo de pessoas e não recebeu o apoio necessário por parte das instâncias federais. Ademais, a política de militarização da ajuda humanitária, com a utilização de militares da Força Nacional na região de fronteira como uma forma de barrar os fluxos e o fato de que foi atribuído ao Ministério da Defesa a liderança sobre os procedimentos de ajuda humanitária que seriam oferecidos aos venezuelanos gera questionamentos sobre o caráter, de fato, "humanitário" desse auxílio. Ademais, a ausência de políticas públicas de integração tem gerado consequências problemáticas para nacionais e

imigrantes, em termos de aumento da violência e de casos de intolerância e xenofobia. Por fim, os 18 vetos presidenciais à Nova Lei de Migração (13.445/ 2017) e o Decreto Regulamentador (Nº 9.199, de 20 de novembro de 2017), deturparam uma série de avanços que a nova lei apresentava. Por exemplo, o presidente vetou o acesso à anistia aos migrantes que se encontravam em situação de irregularidade no país e o Decreto, por sua vez, contrariou a própria Lei ao prever a prisão por questões migratórias (art. 123 da lei), além de retroceder com relação à consolidação do Visto Humanitário, que havia sido institucionalizado com a nova lei, mas que com o decreto ficou sujeito a uma decisão posterior por parte de um ato conjunto dos Ministérios da Justiça, Relações Exteriores e do Trabalho.

Esse conjunto de ações no âmbito da política migratória reflete na Política Externa, de modo que definir qual a posição o país deseja assumir no cenário internacional passa, sem dúvida, pela forma como a política de imigração é trabalhada. O que se pode observar atualmente é que o governo Temer tem demonstrado descaso com essa questão, o que resulta na redução da visibilidade do país internacionalmente em termos de protagonismo e liderança regional. Em um contexto caracterizado por crises políticas, econômicas e de legitimidade, especialmente no âmbito interno; e ainda, externamente, permeado pela prevalência de um ideário que prioriza de maneira hipócrita e irresponsável a segurança em detrimento da proteção dos direitos humanos, essa abordagem brasileira no trato aos fluxos migratórios insere o país novamente no rol de anões diplomáticos.

A existência de políticas públicas adequadas, pautadas na proteção da pessoa humana, é essencial não só para o melhor gerenciamento do fenômeno migratório internamente, mas também para a determinação do posicionamento do país no sistema internacional. Nesse turbilhão político e econômico atual, a opção de simplesmente fechar as fronteiras e impedir os fluxos não existe; eles chegarão. A única certeza, além da instabilidade é, então, a de que não aceitar essa realidade pode gerar consequências problemáticas não apenas para os imigrantes, mas para os nacionais e para o próprio Estado. Ademais, isso refletirá na posição, enquanto líder, que se almeja alcançar.

OS LIMITES DO INTERESSE NACIONAL BRASILEIRO

Daniel Rei Coronato

Toda e qualquer unidade política está à mercê de um conjunto de condições internas e externas que decidem suas capacidades e poder. De maneira geral, a interconexão entre as forças sistêmicas e a realidade local influi decisivamente no destino dos Estados. A depender da capacidade de mobilização dos recursos de poder interno, e da posição na hierarquia político-econômico internacional, altera-se os limites da ação dos mandatários ao redor do mundo.

A distribuição desigual de países, bem como a assimetria de poder, intensifica essa realidade. Essa dinâmica se desenvolve de maneira categórica, estabelecendo a posição de cada ator e suas expectativas. As discrepâncias no plano econômico acentuam essa realidade, proporcionando reflexos nas mais diversas áreas. Dessa forma, a correlação entre a disponibilidade de recursos assim como a capacidade de alocação, são fundamentais para conhecermos a capacidade de projeção de cada Estado, assim como os elementos que restringem o alcance de seus interesses e a promoção dos seus ideais.

As grandes potências se beneficiam dessa disposição do mundo, já que por razões diversas são capazes de mobilizar mais recursos internos e externos de poder nos seus desígnios. Seu raio de ação e cardápio de escolhas é vasto comparado à massa de outros Estados. O 'resto' se subdivide em categorias fracionadas, que vão desde países com reservas de poder expressivos em algumas áreas, apesar de franca debilidade em algumas outras; até outros de capacidade de projeção quase inexpressivas, mesmo quando circunspectos ao seu ambiente microrregional.

Esse jogo se desenvolve em múltiplas frentes e é subordinado a um conjunto complexo de regras. O campo das escolhas, limitado pela dinâmica sistêmica e imposição interna, varia a depender dos desafios impostos pelo

momento. Então a cada alteração nos meios da política - tal como da distribuição de poder, influência e/ou recursos - se impõe aos Estados e seus condutores destreza em analisar e tomar decisões, ainda que em condições nem sempre favoráveis. A história tem incontáveis casos de como ações impensadas ou mal planejadas resultaram em verdadeiros desastres.

Sendo assim, o raio de ação dos atores está divido entre circunstâncias controladas pelas forças políticas e diversos elementos exógenos, sempre com espaço para a influência de elementos imprevisíveis e fortuitos, em uma dualidade que lembra as dimensões da virtù e da fortuna apresentadas por Maquiavel. Essas forças políticas, hospedadas em suas respectivas unidades políticas, lutam sistematicamente para viabilizar e sustentar sua dominação sobre o aparelho estatal, ao mesmo tempo que são obrigadas a responder as indefinições e ameaças externas (reais ou meras sombras produzidas pela percepção) com a reserva de poder e recursos disponíveis.

Cabe então a esses donos do poder – presos concomitantemente no jogo político doméstico – decidirem o destino da porção do planeta que lhes são incumbidas conforme determinação da conjuntura que os rodeia. Esse universo de condições e determinações se relacionam diretamente com os seus interesses, resultando na operação desses grupos em tomarem para si a alcunha nacional para denominá-los. Em outras palavras: da interlocução entre os interesses das frações que controlam o Estado, e as possibilidades apresentadas nos planos doméstico e internacional, nasce a dimensão do interesse nacional.

Esse movimento acaba por definir seus interesses como sendo aqueles que interessariam a todo o conjunto de uma sociedade, conquistando legitimidade à medida que é aceito e defendido por amplas parcelas dessa mesma sociedade. Dessa forma, o 'interesse nacional', assim como a condução da política externa, seria resultado da metabolização das disputas internas, pautados por determinações sistêmicas e pela capacidade/acesso a elementos de poder dentro e fora dos seus domínios territoriais.

A ideia de um interesse nacional único e representativo de toda a coletividade seria enganoso e falho, escondendo os complexos mecanismos que condicionam o comportamento dos Estados. Não se trata, porém, de abandonarmos o conceito como descartável ou inadequado. Seu uso é

disseminado o suficiente para que não seja desconsiderado, além da possibilidade de se converter em uma abordagem eficiente de análise internacional à medida que lançamos sobre ele um olhar que revele sua natureza e limites.

No Brasil esse mosaico de condicionantes internos, externos e o interesse das oligarquias dominantes resultou em uma longa e tortuosa trajetória. Ainda que tenha importantes diferenciais quanto à posição geográfica, a demografia, tamanho do território, entre outros - reunindo um conjunto importante de elementos de diferenciação – o percurso foi marcado pela incapacidade em reunir forças para ditar regras e influenciar decisivamente na dinâmica global. Desde o processo de emancipação do jugo metropolitano com Portugal (1822) o país experimentou ciclos diversos de inserção internacional, sem jamais alcançar uma posição de proeminência.

A dinâmica internacional impôs quase sempre as frações poderosas nacionais a necessidade de adequação aos ventos externos, direcionando os rumos a depender das condições objetivas e seus interesses. Essa correlação, no entanto, não foi automática. Não à toa foram tardias a abolição do tráfico (1850) e a abolição da escravatura (1888), ao mesmo tempo em que diversas liberdades foram garantidas desde a primeira constituição (1824), e outras conquistas como direito de voto pelas mulheres (1934) se anteciparem a muitos outros importantes países, colocando o Brasil na vanguarda liberal nessa temática.

Essa dualidade entre o novo e o antigo, o avanço e o retrocesso e/ou o moderno e o arcaico, moldaram os principais esforços interpretativos da trajetória brasileira. No Brasil se punha e repunha as concepções de fora, que aportadas em um terreno diverso da origem, se converteram em singularidades próprias. Os poderosos, aceitando o jogo das "ideias fora do lugar", nos termos apresentados por Roberto Schwarz, absorvendo somente o necessário/obrigatório, envernizavam velhas práticas que contavam com seu beneplácito. O núcleo duro do atraso se convertia em aparência sem alterar a essência, e os interesses ditos como nacionais se perpetuavam como apêndices dessa dinâmica doméstica.

Essa condição pode ser explicada, entre outras coisas, pela posição periférica que o Brasil ocupou desde a gênese nacional, e sua incapacidade e falta de

iniciativa das oligarquias em mobilizar seus excedentes de poder em um projeto verdadeiramente nacional que visasse ultrapassar as amarras sistêmicas. Além disso, parte importante dos tomadores de decisão se beneficiavam com o status secundário do país, ligando seus interesses locais aos de grupos políticos e econômicos internacionais, garantindo nessa operação sua prevalência doméstica. A persistência histórica da monocultura e da agroexportação exemplifica bem essa questão, apenas sendo parcialmente superada pelas iniciativas de desenvolvimento inauguradas a partir da década de 1930.

Dessa forma, o exercício da política externa no Brasil foi historicamente direcionado entre a dificuldade estrutural, imposta pela sua condição de poder internacional, e a ausência de capacidade/vontade na mobilização de recursos em torno de um movimento de superação dessa posição subalterna. Coube aos formuladores da ação externa procurar se adaptar a essa realidade, buscando eventualmente atalhos que pudessem encurtar à distância em relação ao clube dos grandes e influentes.

Poucas foram as ocasiões em que esses direcionamentos foram dotados de uma maioria favorável. Mesmo nos momentos em que pautas generalizantes estavam em voga – notadamente a do desenvolvimento em parte majoritária do século XX – os mecanismos para sua promoção foram intensamente disputados. Essas iniciativas não eram alicerceadas por consensos gerais na sociedade, e poucas contaram com respaldo suficiente para seu pleno êxito. Esse processo resultou em permanentes movimentos de alteração no padrão de inserção, resultado da reação de grupos defensores de padrões inversos, revelando uma trajetória marcada por uma constante alternância de tendências.

Em geral elas variam entre duas grandes correntes de inserção internacional. De um lado estão as hostes defensoras de iniciativas integradoras, liberalizantes e globalistas, preocupadas em posicionar o país de acordo com a comunidade internacional e seus mecanismos, considerando absolutamente elementar dispor de recursos de poder internacional por meio da associação com as grandes potências como meio para alcançar seus interesses nacionais. Por outro lado, grupos ancorados em ideias autonomistas, flertando com vertentes tanto nacionalistas quanto desenvolvimentistas, procurando desenvolver a esfera de

poder interna para que servisse como uma plataforma de inserção internacional mais autônoma.

Ambas as correntes foram representadas tanto nos períodos democráticos quanto autoritários, não podendo ser atrelados exclusivamente a algum deles. Além disso as duas anunciavam iniciativas para solucionar o atraso brasileiro, diagnosticado dessa forma por ambas as vertentes, desenvolvendo receituários para a sua difícil superação. Nenhuma delas, no entanto, foi capaz de alcançar seu pleno êxito, seja por incapacidade ou pelas sistemáticas restrições impostas pela dinâmica doméstica e/ou internacional.

Desde a década de 1990 essas duas tendências passaram a se alternar de maneira intensa. Seus ciclos têm acompanhado quase que simultaneamente as mudanças de governo, resultando em um trânsito constante entre elas. As disputas entre esses modelos se converteram – ao menos no campo discursivo e no imaginário – em confrontações que condicionaram o modelo de organização do país com os interesses dos grupos que disputam o poder. Esvaziou-se quaisquer dimensões entendidas como verdadeiramente nacionais, impossibilitando no curto prazo arranjos que culminassem em uma coalização que merecesse essa alcunha.

Mesmo os grupos que ascenderam ao poder após agirem no esvaziamento e depois na traumática derrubada Dilma Rousseff (2016), têm sofrido sistemáticas derrotas produzidas por essa intensa clivagem interna, além dos efeitos de perturbações profundas na ordem internacional. Ainda que possuam a estrutura do Estado para viabilizar seus projetos e converter seus interesses particulares em nacionais, a sensação geral é de fracasso.

A operação de emprestar para si uma agenda liberalizante e integrativa, alheia ao modelo de condução que vinha sendo efetiva desde a ascensão de Luiz Inácio Lula da Silva (2003), mesmo que em consonância com os grupos descontentes com aquele modelo de condução do país, não produziu os resultados esperados e anunciados. Crise econômica, instabilidade política e vulnerabilidade externa determinam os limites dessa nova inflexão de tendências.

A novidade até aqui é a aparente impossibilidade, ao menos no curto prazo, de um projeto que consiga garantir alguma estabilidade. As diversas correntes

que disputam o poder se dividem à sua maneira entre as duas grandes tendências históricas, vendendo-se para os seus como as únicas saídas para um momento marcado pela exceção e instabilidade, em retóricas que beiram o salvacionismo nacional. Todavia, ambas sofrem da incapacidade de pregar além dos convertidos, resultando na provável reprodução de consensos frágeis atrelados a frações oligárquicas que manobram a condução do país e monopolizam o campo retórico para garantir seus interesses particulares, vendendo-os como nacionais.

Enquanto isso avanços estabelecidos desde a redemocratização, em especial o controle civil dos militares criado durante o governo Fernando Henrique Cardoso, e o avanço do combate à pobreza e miséria promovido durante o governo Lula, retroagem em meio ao esfacelamento da capacidade de mobilização de recursos internos. Essa lógica determinará a conjuntura do processo eleitoral deste ano, e poderá impedir qualquer que seja o vencedor de implementar medidas que se vendam como verdadeiros interesses nacionais.

QUANDO A RAZÃO NEOLIBERAL ENCONTRA O NACIONALISMO

Angelo Lira

Migração, precarização do trabalho, desemprego, desencanto com o establishment e com os políticos tradicionais são frações da janela de oportunidade instrumentalizada por setores nacionalistas das sociedades, viabilizando a retórica (e a expressividade eleitoral) de políticos que se apresentam como os defensores últimos dos seus países. Nesse sentido, tal movimento tensiona o processo multifacetado de globalização e os regimes internacionais aos quais o Estado-nação se vê submetido, questionando, assim, qual globalismo (projeto político de inserção global) melhor expressaria seus anseios. De modo concomitante, a própria ideia de nação nos moldes contemporâneos (cosmopolitas) é posta em xeque, tanto em sua vertente contratualista, quanto no modelo herdado.

Afinal, num mundo globalizado com elevado dinamismo dos fluxos de diversas naturezas, o que é nacional? Quem é nacional? Basta a assunção de que o indivíduo nacional é aquele submetido (por consentimento) ao ordenamento legal de um Estado? É suficiente a autoidentificação com a antiguidade subjetiva que constrói os fundamentos ideacionais da solidariedade nacional?

Essas questões abrem espaço para discussões profundas e, apesar disso, elas não impossibilitam o uso do nacionalismo como catalisador de políticas e da mobilização popular. Logo, considerando as transformações na relação Estado-sociedade, fomentadas por uma racionalidade neoliberal difusa, nos resta questionar se as características iniciais do nacionalismo continuam a ser tomadas como paradigmas por aqueles que o sustentam; como os nacionalismos (re)encontraram seu espaço nas dinâmicas políticas de hoje, especialmente após o Brexit; e, por último, indagar sobre seu sentido atual (inclusive no Brasil).

Seguindo a definição de Anderson (2008), nações são comunidades políticas imaginadas que diferem entre si na forma como são imaginadas. Elas ocorrem na imaginação, alocando-se na intersubjetividade, pois transcendem as relações face a face, baseando-se numa solidariedade horizontal entre os indivíduos; pressupõem-se soberanas, ou seja, autônomas nas suas relações internacionais; e são limitadas à objetividade (elástica) que as envolve, como seu(s) idioma(s), história comum apresentada aos nacionais, número de cidadãos e território com o qual se identificam. Assim, tanto a nação quanto o nacionalismo são construções culturais específicas (as quais encontraram no desenvolvimento do capitalismo sua realização).

Em perspectiva histórica, a centralização da administração pública e o fim dos reinados, transformando os súditos em cidadãos, bem como o vislumbre de desenvolvimento pautado na Revolução Industrial, somam-se às construções culturais que explicariam o Estado-nação. Nesse sentido, inicialmente, o nacionalismo era emancipador e pregava o governo voltado para os indivíduos nacionais, contra a ingerência aristocrática, e, enquanto princípio libertador, deveria ser expandido para além de suas fronteiras (a Revolução Francesa ilustra esse movimento). Entretanto, a partir da unificação alemã, em 1871, o desenvolvimento industrial aliado à proteção do mercado interno e à busca (tardia) por "novos mercados externos" (colônias) dão outra roupagem ao nacionalismo, deslocando-o de seu caráter universal para a defesa exclusiva do interesse nacional, acarretando em tensão dentro e fora do sistema europeu. No limite, pode-se dizer que essa reconfiguração nacionalista esteve presente nas causas das duas guerras mundiais.

Ademais, não se pode perder de vista que a coincidência entre a centralização da administração pública e a industrialização também reorganizou a vida do trabalhador, que demandava do Estado o papel de intermediador entre o trabalho, o emprego e a pobreza. Assim, mormente no pós-crise de 1929 com o New Deal e após a II Guerra Mundial, consolidava-se o Estado de bem-estar social e as políticas keynesianas de atuação estatal em setores nos quais a iniciativa privada era ausente. Em outras palavras, a transformação do trabalhador em um elemento dependente do mercado de trabalho gerou a necessidade de investimento em sua proteção social. Os polos da Guerra Fria e

as iniciativas para a unificação europeia anestesiaram os nacionalismos, tanto quanto as lutas pela descolonização e independência, além da emergência de ditaduras, acentuaram sua importância nas periferias do mundo.

O modelo de Estado de bem-estar teve em Reagan e Thatcher seus antagonistas mais simbólicos. De acordo com Dardot e Laval (2016, p.189) "esses governos conservadores questionaram profundamente a regulação keynesiana macroeconômica, a propriedade pública das empresas, o sistema fiscal progressivo, a proteção social, o enquadramento do setor privado por regulamentações estritas, especialmente em matéria de direito trabalhista e representação dos assalariados". Portanto, houve (e ainda há) uma pressão para um deslocamento da "força" estatal das garantias sociais para a austeridade, ou seja, uma reestruturação da governabilidade em seus diversos níveis, com impactos significativos nas relações humanas, as quais também têm se alterado em função do avanço tecnológico, da financeirização econômica e da abertura de mercados outrora protegidos por uma lógica nacional-desenvolvimentista. Com o advento de uma modernidade mais "líquida", percebeu-se que o Estado de bem-estar e seu investimento social estariam descolados do desenvolvimento das forças produtivas.

Essa modificação no contrato social traduziu-se na individualização da vida. E a lógica da individualidade opera via discurso da liberdade. A liberdade para escolher entre a diversidade de opções disponibilizadas no mercado para ambos, consumidor e empregador. A liberdade para escolher o próprio caminho na estrada chamada carreira profissional e, portanto, a própria educação. A liberdade para poupar e garantir uma aposentadoria digna. A liberdade tão preciosa ao mérito liberal. Em outras palavras, a globalização, a composição multicultural dos Estados contemporâneos e a racionalidade neoliberal vêm dissolvendo a solidariedade nacional em favor da individualização. A partir da crise de 2008 (e das medidas para resolvê-la), os indivíduos passaram a perceber mais facilmente o sequestro, no horizonte de suas possibilidades, das promessas de liberdade - algo que só se viabiliza mediante a conivência de governos (destros ou de esquerda). Assim, o desencanto com o mundo hodierno abriu (e continua a abrir) brechas para o fortalecimento de partidos e grupos não tradicionais, sobretudo da extrema-direita.

A expulsão (fazendo uso do termo de Saskia Sassen) dos indivíduos dos circuitos da vida digna gera novas contradições (a dos imigrantes com os desempregados nacionais, por exemplo) e a mobilização reacionária se fortalece na busca pela "normalidade" perdida. Nesse cenário, a ascensão de partidos da extrema direita, como o UKIP (Partido de Independência do Reino Unido), o Front National (Frente Nacional, França), o Movimento 5 Stelle e a Lega Nord (Movimento 5 Estrelas e a Liga Norte, Itália), o PVV (Partido pela Liberdade, Holanda), o AfD (Alternativa para a Alemanha), dentre outros pela Europa, deixaram de ser uma surpresa. A pauta de seus políticos desafia o establishment, evoca o bem-estar para o cidadão nacional (não o imigrante, afinal este é muitas vezes visto como parte do problema), contesta a política econômica europeia e defende a maior participação do Estado Nacional em sua própria dinâmica interna, contra as ingerências de regimes de governança supranacionais e internacionais. Nos Estados Unidos, a administração Trump dialoga com tal conjuntura.

Durante a campanha pró-Brexit, em 2016, tanto o UKIP, quanto os conservadores contrários à participação do país na União Europeia, mobilizaram uma gama de argumentos centrados nos "benefícios" para o país e para os britânicos caso o rompimento com o bloco vencesse o referendo. Alguns se destacaram: o Reino Unido teria mais independência no cenário global, restabelecendo sua soberania plena; haveria maior controle sobre a imigração, uma das responsáveis pela queda de salários no país; empresas nacionais se libertariam do fardo da regulamentação da UE e a menor regulamentação trabalhista criaria mais postos de trabalho; e caberia ao RU decidir como gastar os recursos prometidos ao bloco.

O resultado favorável ao Brexit instigou os nacionalistas do continente. Na França, a campanha de Marine Le Pen (FN), no pleito de 2017 contra o candidato de centro Emmanuel Macron (vencedor em segundo turno da disputa), apresentou propostas semelhantes àquelas dos britânicos eurocéticos, levando apreensão à vida política francesa. Vale ressaltar, o Partido Socialista não logrou passar ao segundo turno, acentuando a crise da esquerda naquele país. Na Alemanha, no mesmo ano, o AfD conquistou 90 cadeiras no Bundestag (parlamento), configurando a volta da extrema direita à vida parlamentar,

situação desconhecida desde 1945. Em suma, a direita radical agitou a vida democrática na Europa em suas últimas eleições, sinalizando que, apesar de não terem convertido seus planos em projetos de governo nos países centrais da UE, sua representatividade ecoa através do voto daqueles desgostosos com a vida contemporânea e das respostas da política tradicional para suas adversidades.

Já do outro lado do Atlântico, o representante mais emblemático do nacionalismo contemporâneo é o governo (do político não tradicional) Trump nos Estados Unidos. As expressões de efeito America First e Make America Great Again, largamente utilizadas durante a campanha presidencial, autoevidenciavam seu caráter autocentrado. A política de imigração, o desprezo ao Acordo de Paris, a desistência dos mega-acordos comerciais, as novas tarifas de importação para o aço e o alumínio e a indisposição em custear a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e outros aspectos das relações internacionais comumente patrocinados pelos EUA se traduzem no globalismo desejado pela atual administração do país. Protecionismo exacerbado, competição fiscal internacional e contestação às normas da governança internacional já são cotidiano na política do Executivo estadunidense.

À primeira vista, tem-se a impressão de que esses movimentos por maior introspecção e conservadorismo entram em choque com o neoliberalismo. Afinal, este não carece de maior liberalização para ser pleno? Se entendido, apenas, economicamente, então sim. Contudo, quando tomada como uma racionalidade, a aliança (neo)liberal-conservadora faz bastante sentido. A retórica da desoneração do Estado para o fortalecimento do emprego e da indústria opera sob essa lógica; visível, por exemplo, quando Trump combate o Obamacare, ou quando a direita no RU fez sua campanha a favor do Brexit.

Talvez uma das questões centrais da contemporaneidade resida no como serão acomodadas as demandas para que se devolva a "vida digna" no horizonte dos projetos individuais com a defesa da lógica que trouxe os indivíduos até aqui. A direita, mais do que a esquerda, parece ter encontrado no seu extremo propostas com repercussão crescente e expressividade no mundo civil: a defesa do interesse nacional; a promessa de volta ao antes que dava certo; a inserção global comedida e subordinada exclusivamente ao Estado soberano; a "correção" dos efeitos da globalização no território nacional, como

a restrição aos imigrantes; a retórica de combate ao establishment; a desoneração estatal; etc. Com isso, tem-se a impressão de que o encontro dessas forças tenta conduzir, ao mesmo tempo, um veículo em direções opostas.

Esse fenômeno não é exclusividade dos países centrais, ele tensiona as democracias liberais ao redor do globo. No Brasil, a miríade temática presente nas manifestações de 2013 ilustrou o incômodo dos indivíduos com o rumo de seus projetos de vida. Passando pelo aumento das tarifas do ônibus, a saúde, a educação, a Copa do Mundo, etc., viu-se uma insatisfação generalizada. Em 2016, o controvertido impeachment trouxe ao Executivo a radicalização neoliberal em defesa do crescimento do Brasil e do povo e, também, fomentou a polarização política no país. A série de reformas implementadas pela gestão Temer diluiu, ainda mais, a crença individual no mérito enquanto variável emancipadora e, assim, a competição já acirrada pelo emprego da vida digna passou a ser substituída pela competição acirrada pelo emprego precário. Após dois anos de sua gestão, o governo tentou o apelo à antiguidade subjetiva clamando que "o Brasil voltou", no sentido de que avançou e se recuperou da crise. Todavia, estatísticas sobre o desemprego, por exemplo, provam o contrário. Além disso, o índice de rejeição ao presidente não dialoga com o imaginário de um país com propostas razoáveis de melhoria de vida da população.

Nesse sentido, pode-se questionar se esse cenário abre possibilidades para movimentos nacionalistas se projetarem politicamente no Brasil. Com efeito, alguns grupos identificados com a extrema-direita e, até mesmo, defensores de uma eventual intervenção militar no país, passaram a surgir nos noticiários sobre política. Não encontram, porém, respaldo social amplo. O pré-candidato Jair Bolsonaro (Partido Social Liberal), talvez o presidenciável mais inclinado ao nacionalismo, apesar das intenções de voto, apresenta alto nível de rejeição. E o nível de heterogeneidade social, bem como o passado colonial, diferentemente da Europa, torna problemático o apelo à antiguidade subjetiva.

Para finalizar, o nacionalismo contemporâneo se apresenta mais como uma contraposição aos rumos da globalização, da governança internacional e dos efeitos do neoliberalismo, operacionalizados com a conivência da política tradicional, do que como um projeto de construção de uma nação hermética.

Como a racionalidade neoliberal abrigou-se tanto na direita tradicional, quanto no centro e na esquerda, a radicalização retórica da extrema direita encontra na "expulsão" seu fundamento lógico. Na Europa, nos Estados Unidos e em outras democracias liberais não centrais, como no Brasil, a individualização sensibiliza o cidadão e a coerção pela pobreza (aquilo que o indivíduo considera como pobreza) se torna mais aguda. É por essa via, ao lado da racionalidade neoliberal e da individualização, que o nacionalismo hodierno faz sentido, que a sua construção imaginada tem efeitos reais na política interna e internacional. Por último, vale lembrar a sóbria leitura de Seyla Benhabib (2002), ironicamente, os promotores do (e simpatizantes ao) nacionalismo tentam criar uma união forçada a partir da diversidade, coerência desde inconsistências e homogeneidade através de narrativas dissonantes.

A TRADIÇÃO DIPLOMÁTICA IMPORTA? O CASO DO BRASIL

Gessica Fernanda do Carmo

Ao longo da História, a atuação do serviço exterior brasileiro consolidou a imagem da diplomacia do país como uma marcada pela continuidade de princípios firmes, efetivos e duradouros constituintes de uma tradição diplomática própria. Como tradição, compreendemos aqui os elementos que sobrevivem às mudanças de governo e às próprias alterações organizacionais do Estado, no caso, o brasileiro. Em conjunto com o profissionalismo de seus quadros, de sua marcante inserção em diversas instâncias internacionais, do pacifismo defendido pela diplomacia, pelo respeito aos tratados, acordos e convenções, além do pragmatismo, o Itamaraty angariou significativo prestígio no Brasil e no exterior.

O serviço exterior do Brasil tem origens na vinda da corte real portuguesa para a então colônia em 1808. O Decreto de 11 de março daquele ano criou a Secretaria dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. Tornado independente em 1822, o Brasil passou a ter, a partir de 1823, sua própria Secretaria dos Negócios Estrangeiros, estabelecida pelo Decreto de 13 de Novembro daquele ano. O nome Itamaraty foi vinculado ao serviço exterior brasileiro ainda no século XIX, devido ao ilustre morador do prédio que viria a sediar a primeira sede do Ministério, Francisco José da Rocha Leão, mais conhecido como conde do Itamaraty.

O desenvolvimento de uma tradição diplomática brasileira, contudo, remete mais claramente à atuação de José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco. Paranhos foi chefe do Ministério das Relações Exteriores de 1902 a 1912, ano de sua morte, tendo sido o ministro que permaneceu por mais tempo na chancelaria brasileira, ocupando a pasta do exterior durante os mandatos de quatro presidentes (Rodrigues Alves, Afonso Pena, Nilo Peçanha e Hermes da Fonseca). Os feitos do Barão do Rio Branco em suas gestões, com destaque

para a solução pacífica de diversas controvérsias fronteiriças do Brasil, conferiram-lhe a alcunha de "patrono" da diplomacia brasileira.

Além do Barão, diversas figuras singularizaram a forma de atuação brasileira e contribuíram para o fortalecimento do serviço exterior nacional. Entre esses servidores, destacamos alguns que são constantemente lembrados por suas habilidades de negociação e profissionalismo, como Joaquim Nabuco, San Tiago Dantas, Oswaldo Aranha, Rui Barbosa, Azeredo da Silveira, Ramiro Saraiva Guerreira, Araújo Castro e, mais recentemente, Celso Amorim, além de inúmeros outros. A competência desses e outros servidores são, ainda hoje, exemplos de comprometimento e devoção ao serviço exterior brasileiro. Por isso, muitos jovens diplomatas os tomam como referências em suas carreiras. Devido ao protagonismo marcante, esses servidores não são lembrados unicamente por seus pares diplomatas, mas também por importantes personalidades nacionais e internacionais.

O legado do Barão do Rio Branco e dos outros diplomatas acima mencionados desenvolveu-se, ao longo do século XX, para sedimentar o que se comumente é lembrado como os princípios da tradição diplomática brasileira.

A diplomacia brasileira apresenta certa continuidade no que se refere aos princípios que regem a política exterior brasileira. O Ministério afirma que a política externa se pauta por princípios basilares, como a defesa da democracia, a promoção da igualdade, a luta contra a discriminação e racismo, a defesa do multilateralismo, a defesa da soberania, da autodeterminação e da não intervenção nos assuntos internos de cada país, além de outros. Essa é uma importante característica e fortalece o legado do Serviço Externo Brasileiro. O poderoso discurso dos 3 Ds (Desenvolvimento, Descolonização e Desarmamento) na Assembleia Geral da ONU, em 1963, que definia a atuação brasileira para além do conflito bipolar da época, é um importante exemplo desses princípios que regem a política exterior do Brasil.

A chancelaria brasileira é caracterizada também pela capacidade de estar presente em várias instâncias, seja em fóruns, convenções e negociações diversas, que garantem a visibilidade e poder de voz nesses fóruns. O grande ativismo brasileiro nesses eventos remonta há vários anos e se fortaleceu ao longo do tempo. A participação na Primeira Guerra Mundial, por exemplo, fez

com que o Brasil participasse das negociações de Paz que culminaram na criação da Liga das Nações, em 1919. Mais recentemente, em 2003, o Brasil teve papel de destaque na V Conferência Ministerial da Organização Mundial do Comércio (OMC), sendo o porta voz de países em desenvolvimento e atuando firmemente na criação do G-20 Comercial. Além do ativismo internacional, a diplomacia brasileira também é bastante reconhecida por respeitar, em todos os momentos, os tratados internacionais, de modo geral.

Ao contrário de outros serviços exteriores, a diplomacia brasileira tende a desfavorecer o uso da força na resolução de conflitos internacionais, e a consistência com que faz isso lhe confere credibilidade. Além disso, preza pelo pragmatismo em suas decisões. De modo geral, isso significa que a diplomacia brasileira orienta sua política externa com base em análises objetivas do sistema internacional, da relação do Brasil com os demais países e da posição brasileira nesse sistema.

Isso importa? Levando em conta as transformações domésticas e internacionais, o Brasil, como um todo, teve e tem de se adequar a essas mudanças. No que se refere ao Itamaraty, podemos considerar que este acompanhou as mudanças, ou seja, também teve de se renovar e modernizar para acompanhar o mundo atual. Entretanto, ao mesmo tempo em que teve de se renovar, o Ministério manteve fixos alguns princípios que guiam suas ações ao longo dos anos. Como isso se observa na prática?

Durante os anos FHC (1995-2003), por exemplo, o Brasil atuou de forma ativa na formulação de regimes internacionais, estando, contudo, próximo aos EUA. Todavia, o relacionamento com outros países também importantes do globo, como Rússia, Índia, China etc, só foram intensificadas no fim do segundo mandato. O pragmatismo e a continuidade na política exterior eram uma constante, obedecendo, obviamente, as características do momento. Ademais, outros elementos como o pacifismo, o respeito aos acordos internacionais também eram claramente notados na administração FHC.

Já durante os anos Lula da Silva (2003-2010), respeitando, como em qualquer governo, as características do cenário atual e internacional e a agenda de governo, os elementos da tradição, mencionados nesse trabalho, também eram observados. A participação em eventos e o ativismo internacional foram

intensificados e, com isso, uma maior exposição internacionalmente. Com relação aos EUA, por exemplo, o reconhecimento de sua importância se manteve, entretanto, visando uma maior inserção e participação nas várias regiões do globo, houve um aumento considerável da rede diplomática brasileira. Ao passo que houve um aumento abundante do número de vagas e, consequentemente, do número de servidores, houve também um aumento do número de postos no exterior. A expansão da rede diplomática, portanto, estava diretamente em consonância com o projeto governamental de expansão das relações.

Consideramos que, ao seguir os elementos que marcam a tradição diplomática brasileira, o serviço exterior tende a manter a credibilidade conquistada ao longo dos anos. Ademais, mantendo a essência desses elementos e atualizando-os conforme o momento as chances de a diplomacia nacional atingir os objetivos da política exterior são maiores. Cada governo tem uma característica própria e os elementos tradicionais são utilizados da forma que melhor lhes convém a atingir os objetivos daquele governo. A manutenção da tradição é importante também para que o governo, de modo geral, e a diplomacia, de modo especial, tenham um direcionamento. Na década de 1990, por exemplo, os governos aderiram mais a agenda estadunidense, no entanto, o Brasil sempre se mostrou resistente com relação à liberalização do comércio por se contra os princípios defendidos pela diplomacia, de uma ordem democrática que não beneficiasse apenas os países desenvolvidos, e isso continuou durante os anos Lula da Silva.

É, portanto, claramente possível sustentar que os princípios que marcam a tradição diplomática do Brasil se sustentam nos dias de hoje, mas que, como em qualquer outro órgão, precisam ser continuamente aprimorados para que não caiam no esquecimento. A diplomacia tem que se adaptar a novos contextos, mas manter as tradições porque elas trazem benefícios e prestígio. Ao mesmo tempo, o Itamaraty deve ser um órgão flexível e versátil para mostrar-se em sintonia com novos desafios como escândalos políticos e acusações de assédio sexual e violência internos.

O BRASIL E O REGIONALISMO LATINO-AMERICANO EM 2018

Milagro Mengana Castañeda
Lucas Bispo dos Santos

Após a ascensão de governos progressistas e de esquerda na América Latina, na década passada, movimento também conhecido por analistas como "onda rosa", percebe-se nos últimos anos a produção de um novo ciclo político-econômico mais associado aos preceitos neoliberais. Não obstante a hegemonia dos governos progressistas entre 2000 e 2010 na América Latina, ainda havia nas sociedades latino-americanas grupos que mantinham críticas às políticas externas dos governos de esquerda que estavam no poder, exigindo, por exemplo, que os esquemas de integração que pululavam naquele momento fossem deixados de lado, em favor da assinatura de acordos de livre-comércio.

A tendência do surgimento de um novo ciclo econômico, pós-onda rosa, consolidou-se em três dos maiores países da região: a partir da vitória de Mauricio Macri na Argentina no final de 2015; na vitória da direita venezuelana nas eleições parlamentares, também em 2015; e no conturbado e polêmico processo de impeachment da presidente eleita Dilma Rousseff, em 2016, com o subsequente início do governo presidido pelo vice-presidente da chapa, Michel Temer.

Entre 2000 e 2010, a "onda rosa" se consubstanciou em nova lógica para o regionalismo latino-americano. Naquele momento, foram criados diversos novos mecanismos de integração regional, instituições e reformulações de processos de integração já existentes. Exemplo importante foi o surgimento da Aliança Bolivariana para os Povos da Nossa América-Tratado Comercial dos Povos (ALBA-TCP) – impulsionado por Cuba, Venezuela e Bolívia – em 2004.

Outro processo foi a formação da União de Nações Sul-americanas (UNASUL) em 2008, bem como da Comunidade de Estados Latino-Americanos e Caribenhos (CELAC), em 2011. Esta última congregou 33 países

latino-americanos e marcou o distanciamento da política externa dos países da região em relação aos Estados Unidos (EUA), graças ao enterro definitivo das negociações para a formação da Área de Livre-Comércio das Américas (ALCA), em 2005, ao menos por meio da via multilateral de negociações, e também à exclusão da potência em sua participação nos novos esquemas empreendidos pelos países da região. Não obstante, alguns países da região mantiveram relações mais próximas com a potência estadunidense, caso do México e, também, do Chile.

Os nexos dos mecanismos de regionalismo deste período vinculado à "onda rosa" tinham como mote a cooperação, o diálogo político e o conteúdo social, que alcançaram maiores dimensões na nova agenda de integração positiva, um ciclo de regionalismo denominado por teóricos e analistas como "pós-hegemônico" ou "pós-liberal". Este novo ciclo se contrapunha à lógica que prevalecia nos processos de integração iniciados nas décadas de 1980 e 1990, matizados pela lógica liberal, do Consenso de Washington e do "regionalismo aberto", como o Mercado Comum do Sul (Mercosul) e, sobretudo, a proposta norte-americana da ALCA.

Mesmo o Mercosul - criado em 1991 - assistiu a uma mudança de direcionamento a partir da ascensão dos governos de Néstor Kirchner (2003-2007) e Luiz Inácio Lula da Silva (2002-2010), na Argentina e Brasil, respectivamente. Impulsionou-se a criação do Parlamento do Mercosul (Parlasul) e do Fundo de Convergência Estrutural do Mercosul (FOCEM), instâncias que, ao menos no discurso, visavam democratizar o processo de integração do bloco, fosse por meio da representação das sociedades – no caso do Parlasul –, fosse na criação de um órgão que teria como intenção corrigir assimetrias estruturais entre os membros do Mercosul. Além disso, pela primeira vez procurou-se ampliar o bloco, através da adesão da Venezuela, iniciada em 2006 e aprovada em 2012, quando, após a suspensão do Paraguai com base na Cláusula Democrática, aplicada em decorrência do controverso impeachment do presidente paraguaio Fernando Lugo, superaram-se as resistências à adesão venezuelana.

No entanto, na medida em que os processos de integração regional "pós-liberais" apareciam, uma linha divisória começou a se delinear na política

regional, manifestando a oposição destes projetos àqueles de cooperação e integração com viés mais liberal e comercial. Esta diferenciação foi enfatizada após a instituição da Aliança do Pacífico (AP), em 2011, capitaneada por Chile, Colômbia, Peru e México. Diferente do Mercosul, a AP não estabelece que a negociação de acordos comerciais com outros países seja feita apenas em bloco. Por isso, é considerada, por críticos do modelo mercosulino, como sendo mais flexível e favorável à busca dos países por novos mercados a partir de acordos comerciais.

Em que pese o incentivo dos governos progressistas latino-americanos aos novos mecanismos regionais, o ciclo denominado "pós-hegemônico" ou "pós-liberal" mostrou fragilidade institucional diante da instabilidade macroeconômica, de choques externos e das subsequentes mudanças políticas domésticas que acometeram os países patrocinadores, caso da Argentina, Brasil e Venezuela. Independente do grau de institucionalização dos esquemas de integração recentes – do maior para o menor, CELAC, ALBA-TCP ou UNASUL – eles têm sido caracterizados por um desenho intergovernamental baseado no consenso presidencialista, ou diplomacia presidencial, e fortemente condicionado pelos interesses nacionais, portanto sensíveis aos ciclos políticos governamentais.

Já no início da década de 2010, havia sinais iniciais da retomada do poder por forças das elites sociais, econômicas e políticas da região contrárias aos governos progressistas. Isso se manifestou nas deposições dos presidentes de Honduras e Paraguai em 2009 e 2012, respectivamente. Todavia, os governos progressistas mantiveram entre 2011 e 2013 o poder político em seus processos eleitorais, tais como Ollanta Humala no Peru (2011-2016); Michelle Bachelet, no Chile (2014-2018); Nicolás Maduro, na Venezuela (2013 – atual); Tabaré Vásquez, no Uruguai (2014 – atual); e Dilma Rousseff – reeleição – no Brasil (2014-2016).

Porém, a vitória de Mauricio Macri na Argentina em 2015; a derrota de Evo Morales no referendo boliviano em 2016, a despeito de sua reeleição; a assunção de Michel Temer no Brasil, após o impeachment de Dilma Rousseff, em 2016; a vitória de Sebastian Piñera nas eleições presidenciais chilenas, em 2018; a derrota de Rafael Correa no plebiscito equatoriano em fevereiro de 2018; e a crise venezuelana sob o governo de Nicolás Maduro, demostram o esgotamento de ciclo político-econômico dos governos da "onda rosa".

Novo contexto

O atual contexto do regionalismo na América Latina tem cinco pontos a serem observados, partindo-se dos mais amplos e abrangentes para os mais específicos e regionais.

Primeiro, a ascensão de governos com viés mais liberal tem demonstrado as limitações dos desenhos institucionais dos mecanismos de cooperação da região. As fraturas políticas existentes, somadas ao fim da bonança dos preços das matérias primas, têm debilitado os esquemas de cooperação, reduzindo as suas dimensões sociais e políticas, em detrimento do âmbito econômico-comercial. Neste sentido, não há resistência institucional suficiente por parte dos novos mecanismos de integração regional para que suportem as crises político-econômicas e/ou a reorientação política-ideológica dos governos da região. Desta maneira, conforme a pauta dos novos governos não abrange a manutenção dos esquemas criados nos governos anteriores, iniciou-se um processo de desidratação e esvaziamento.

Em segunda análise, a ascensão de Donald Trump ao executivo estadunidense reforça o baixo grau de importância que a América Latina representa na agenda política da potência norte-americana. As exceções são os casos que pautaram a campanha eleitoral de Donald Trump: o México em relação aos imigrantes, a construção do muro e a renegociação do Tratado de Livre-Comércio da América do Norte (TLCAN, ou NAFTA na sigla em inglês); o retraimento do processo de abertura com Cuba, iniciado no governo Obama; e a crise venezuelana, que gera incômodo à potência do Norte, devido às dimensões de transbordamento que pode atingir na região.

A negligência norte-americana fica evidente pela ausência de Donald Trump na Cúpula das Américas, realizada neste ano de 2018, em Lima, no Peru, sendo a primeira ausência de um governante norte-americano na Cúpula das Américas desde que esta foi criada, em 1994. Como consequência, a política externa norte-americana, protecionista e voltada aos assuntos do Oriente Médio e da Península Coreana, seguida pelo atual mandatário Donald Trump, tende a abrir maior espaço para o aprofundamento da presença de outros atores na região, como a União Europeia (UE), mas sobretudo a China.

Neste sentido, as decisões do presidente norte-americano geram uma reorientação dos processos de regionalismo. Após Donald Trump retirar os EUA do Transpacific Partnership (TPP) - a Parceria Transpacífico, inicialmente formada por Austrália, Brunei, Canadá, Chile, Estados Unidos, Japão, Malásia, Nova Zelândia, Peru, Singapura e Vietnã -, os países da Aliança Pacífico e seus parceiros asiáticos do TPP chegaram a cogitar a inclusão da China no processo, ao mesmo tempo em que a China tem procurado impulsionar as negociações de dois novos acordos para a Ásia-Pacífico: o Regional Comprehensive Economic Partnership (RECP), formado por China, Coreia do Sul, Japão, Índia Austrália e Nova Zelândia, e o Free Trade Area of the Asia-Pacific (FTAAP). Na mesma linha, após os EUA abandonarem as negociações do Transatlantic Trade and Investment Partnership (TTIP), a Parceria Transatlântica com a União Europeia, os europeus têm procurado retomar, atualizar e concluir negociações de acordos comerciais com outros parceiros, como têm feito com México, Chile e Mercosul, na América Latina.

Em terceiro lugar, no caso mexicano, a renegociação do NAFTA e a deterioração das relações entre México e EUA, em decorrência da retórica do presidente norte-americano referente ao muro fronteiriço ou aos migrantes, devem aprofundar a política de aproximação mexicana com a América Latina e, sobretudo, com a Ásia-Pacífico, em especial, a partir da plataforma proporcionada pela Aliança Pacífico.

O quarto elemento a ser analisado deriva da crise venezuelana. Em médio prazo, a manutenção dos governos da região de viés centro-direita acentua o isolamento da Venezuela no cenário político regional. A reeleição de Nicolás Maduro, em maio de 2018, ensejou a subsequente manifestação do denominado "Grupo de Lima" (formado por Argentina, Brasil, Canadá, Chile, Colômbia, Costa Rica, Guatemala, Guiana, Honduras, México, Panamá, Paraguai, Peru e Santa Lúcia), que declarou não reconhecer a legitimidade das eleições e fomentou medidas de caráter restritivo a financiamentos econômicos e financeiros ao país. O isolamento venezuelano, somada à crise econômica na qual vive o país, profundamente dependente dos preços internacionais do petróleo – portanto extremamente vulnerável – faz com que a ALBA-TCP perca o contraponto da radicalidade ideológica derivada do

bolivarianismo e a força da "diplomacia do petróleo" frente às propostas neoliberais da região.

Por outro lado, a CELAC e a UNASUL reduzem seu papel como espaços de concertação de posições políticas e de potenciação da autonomia nacional no âmbito regional e mundial. No caso da UNASUL, a situação ficou ainda mais evidente quando em abril de 2018, Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Paraguai e Uruguai enviaram documento à Bolívia, que exerce a presidência pro-tempore do bloco, informando a decisão de não participarem da instância regional. Desde janeiro de 2017, o cargo de Secretário-Geral da UNASUL está vago, após o término do mandato do ex-presidente colombiano Ernesto Samper. Não havendo consenso sobre o novo nome para o cargo, os países dissidentes resolveram se ausentar do mecanismo regional até que a situação estivesse resolvida.

Há evidente consonância ideológica entre o grupo de países que se ausenta. Argentina, Brasil, Colômbia, Chile, Paraguai e Uruguai possuem consonância em seus governos na condução dos processos de integração regional. Enquanto Colômbia e Chile encabeçam a visão liberal do regionalismo, matizado pela Aliança do Pacífico, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai buscam aproximação com este bloco dos países vizinhos, seja de forma bilateral, seja através de reuniões entre Mercosul e a AP.

Neste sentido, o quinto e último elemento a ser analisado é o papel do Mercosul na atual correlação de forças políticas regionais. Os movimentos recentes do Mercosul demonstram a mudança da tonalidade do processo de integração na região a partir das mudanças dos governos nacionais. A presença de governos de centro-direita na Argentina, Brasil e Paraguai, e de um governo mais cauteloso por parte do Uruguai - ainda que de centro-esquerda - isolaram a Venezuela no Mercosul. Tal isolamento incorreu na suspensão do país do bloco, evocada pelos países sócios por dois motivos: primeiro, consideraram que a Venezuela não havia cumprido a incorporação plena das normas mercosulinas no tempo previsto, a partir de sua adesão em 2012; e segundo, entenderam que o governo de Nicolás Maduro vinha incorrendo em sucessivas violações da cláusula democrática do bloco.

Além da questão venezuelana, Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai iniciaram uma tentativa de concretizar um acordo com a União Europeia – negociações que se arrastam desde 2000 – e de aproximação com a Aliança do Pacífico, indicando a tentativa de emular um modelo mais liberal de regionalismo, tal como do bloco vizinho (a AP).

Todas estas tendências não podem ser lidas como fatores de ruptura brusca na lógica de funcionamento do sistema internacional. A importância da Ásia-Pacífico na pauta político-econômica dos países da região já vinha se consolidando nos anos anteriores, a partir da ascensão chinesa. Todavia, o posicionamento protecionista de Donald Trump e a baixa importância que a América Latina representa para a agenda de política externa do presidente permitem o reforço desta tendência. Da mesma forma, o esgotamento do ciclo progressista nos países da região já vinha sendo apresentado a partir do início da década de 2010. Impossibilitados de manter o aumento do gasto público a partir de 2013, devido à queda dos preços das commodities e do moderado crescimento da economia mundial que seguiu a crise de 2008-2010, o desgaste destes governos já começava a se desenhar domesticamente.

O Brasil não se apresenta como destoante de nenhuma destas duas grandes tendências. Às vésperas de eleições presidenciais, a atuação brasileira no regionalismo latino-americano não se faz marcante. Como afirmado anteriormente, o atual Executivo e a chancelaria brasileira confirmam a disposição dos governos de centro-direita em esvaziar os mecanismos de integração regional criados na década anterior, como fica evidente com o posicionamento brasileiro frente à UNASUL, e à (re)orientação do Mercosul (bloco criado na década de 1990) através de um viés mais comercial e menos ideológico, como o então Ministro de Relações Exteriores, José Serra, chegou a pontuar ao assumir o cargo, após a entrada de Michel Temer no poder, em 2016.

A movimentação brasileira na região se coaduna, em boa medida, com a argentina e a paraguaia, isolando a Venezuela, buscando a concretização do acordo Mercosul-União Europeia e a aproximação com a Aliança do Pacífico. Não obstante, em que pese todo este cenário, é válido ressaltar que, ao menos desde o início do governo Temer, após o impeachment de Dilma Rousseff, até a atualidade, não houve um posicionamento mais contundente no sentido de

abandonar de forma permanente a UNASUL, a CELAC, ou de flexibilizar regras de negociação de acordos comerciais do Mercosul – como o próprio chanceler José Serra chegou a cogitar no início de sua gestão frente ao Itamaraty.

Neste sentido, se por um lado as estruturas institucionais do regionalismo são conduzidas à sorte dos Executivos nacionais - podendo ser esvaziadas, ou sofrerem mudanças de pauta e agenda, conforme as coalizões domésticas no poder -, por outro lado os governos reconhecem, em algum nível, a importância da manutenção destas estruturas institucionais, mesmo que de forma inerte.

O MERCOSUL EM TEMPOS DE TURBULÊNCIA

Renan Colnago

Durante o último triênio (2016-2018), a América do Sul como um todo tem passado por momentos de turbulência. No Brasil, vivenciou-se um processo de impeachment turbulento e questionável, levando ao cargo um novo presidente de baixíssima aderência popular, Michel Temer. Na Venezuela, tivemos o agravamento da crise no período, com grandes fluxos imigratórios para países fronteiriços, especialmente a Colômbia. Na Colômbia, tivemos o turbulento e histórico processo de paz com as FARC. E ainda, um elemento mais recente e que engloba todos os países do subcontinente, o esvaziamento da Unasul, com a decisão de Argentina, Brasil, Chile, Colômbia, Paraguai e Peru de suspenderem suas respectivas participações no bloco.

Em um contexto mais global, tivemos, em 2016, a decisão do Reino Unido de abandonar a União Europeia, além da agitada eleição norte-americana que levou ao poder Donald Trump, trazendo ainda mais incertezas para o cenário mundial. Dessa forma, é de se esperar que o mais importante bloco sul-americano, o Mercosul, tenha sofrido mudanças devido ao ambiente internacional mais instável, tanto em seu entorno geográfico, quanto em função da potência hegemônica do sistema internacional.

Para entender melhor a modificação no caráter do Mercosul nos últimos anos é necessária uma digressão histórica até o momento de sua formação. O bloco tem sua origem marcada no final da década de 1980 e começo da década seguinte, no contexto da redemocratização dos países sul-americanos. Seus membros fundadores (Brasil, Argentina, Paraguai e Uruguai) passaram por períodos de ditaduras militares nas décadas precedentes, tendo como exemplo mais longo a ditadura paraguaia de Alfredo Stroessner, que perdurou de 1954 até 1989. Caracterizado em sua fundação pelo que ficou conhecido como

regionalismo aberto, tinha como objetivo conciliar a interpendência dos acordos comercias com a interdependência resultante da liberalização comercial dos anos 1990.

Assim, segundo Bernal-Meza, o desenho institucional fundador do Mercosul é caracterizado por três fatores: (a) o regionalismo aberto, ou seja, a "regionalização rumo a globalização"; (b) a institucionalidade governamental e concepção Estadocêntrica e (c) o pouco aprofundamento institucional.

Apesar de promulgado no contexto de redemocratização sul-americana, o Tratado de Assunção (1991) não faz menção à democracia como um dos pilares do bloco. A Cláusula Democrática só foi incorporada mais tarde, em 1998, com o Protocolo de Ushuaia, sendo robustecido com o Protocolo de Montevidéu, em 2011.

Esse desenho institucional perdurou até o final da década de 1990. Na virada dos anos 2000, com a ascensão de governos mais ligados ao espectro ideológico de centro-esquerda e esquerda nos países da região (como Lula no Brasil, em 2002; Kirchner na Argentina, em 2003; Tabaré Vázquez, em 2005, no Uruguai; e, posteriormente, Fernando Lugo no Paraguai, em 2008), o regionalismo aberto passou a ser contestado por uma visão fundamentada também em objetivos políticos, alterando a institucionalidade voltada prioritariamente para os objetivos comerciais.

Alguns autores definem essa nova fase do regionalismo mercosulino como um regionalismo pós-liberal, pós-hegemônico, ou ainda pós-comercial. Segundo essas definições, a agenda comercial perde espaço para o desenvolvimento econômico, a equidade e a justiça social.

É ainda nesse período que a Unsaul passa a tomar forma, primeiro como CASA (Comunidade Sul-Americana de Nações), em 2004, e posteriormente assumindo o acrônimo Unasul, em 2008, englobando todos os países do subcontinente. Pode-se afirmar que a Unasul, desde sua criação, possui um aspecto muito mais político que o Mercosul, tendo atuação destacada na tentativa de fomento à criação de infraestrutura no subcontinente; na tentativa de formulação de uma política de defesa conjunta dos países, exemplificado no Conselho de Defesa Sul-Americano; entre outros processos.

Durante o período de predomínio dos governos de centro-esquerda na América do Sul deu-se a ativação da Cláusula Democrática do Mercosul pela primeira vez. Assim, o processo de impeachment do presidente paraguaio, Fernando Lugo, em 2012, ativou um mecanismo que até então não tinha se consumado em um processo real.

Parte da bibliografia especializada aponta para o uso estratégico e político da ativação da cláusula. Como não há definição do conceito de democracia no protocolo de Ushuaia, os interesses políticos e econômicos dos diferentes atores sob determinadas condições do contexto institucional e político, traduziram-se estrategicamente em preferências por diferentes definições de democracia.

Além disso, em conjunto com a decisão de suspensão da participação paraguaia no bloco, o Comunicado de 29 de junho de 2012, concluiu o longo processo de adesão da Venezuela. Destaca-se que o único empecilho para entrada venezuelana era a aprovação do parlamento paraguaio.

Apesar do pouco protagonismo no começo da década de 2010, o ano de 2015 pode ser visto como o começo da inflexão política e econômica do Mercosul. Com a eleição de Mauricio Macri na Argentina, político influenciado pela ortodoxia econômica liberal, e a de Horacio Cartes no Paraguai, abalou-se a posição mercosulina de um suposto aprofundamento do processo integracionista mais ligado a aspectos políticos.

Ao mesmo tempo, na Venezuela, a queda brusca dos preços do petróleo no mercado internacional a partir de 2014, a perda da maioria na Assembleia Nacional e a pressão crescente da oposição em favor de um plebiscito revisionista, foram questões que colocaram pressão sobre o governo de Nicolás Maduro.

Pouco tempo depois, em 2016, o polêmico processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff corroborou para a guinada rumo a políticas mais conservadoras na região. Seu sucessor, Michel Temer, designou como chanceleres políticos de carreira fora do âmbito do Itamaraty, ligados à ortodoxia econômica liberal: José Serra em primeiro momento, e depois Aluysio Nunes (ambos do PSDB) que, em contraste com o tom sempre muito conciliador da diplomacia brasileira, não pouparam críticas ao governo de Maduro na Venezuela.

José Serra em seu discurso de posse pregou a "correção" do Mercosul, com o objetivo de fortalecer o livre comércio entre os países membros, bem como o aprofundamento das ligações entre o Mercosul e os países do subcontinente presentes na Aliança do Pacífico (Chile, Peru e Colômbia), além retomada das negociações do acordo de livre comércio entre União Europeia e Mercosul.

Esse contexto regional desembocou na negativa dos países do bloco de reconhecer a presidência pró-tempore da Venezuela no segundo semestre de 2016, além da suspensão temporária venezuelana do bloco: primeiro devido à Tarifa Externa Comum; e em seguida, pela ativação do protocolo de Ushuaia, que se mantém até os dias atuais. Com a negativa ao governo venezuelano a presidência pró-tempore do Mercosul foi exercida pelos quatro fundadores do bloco de forma conjunta.

Abre-se assim o período atribulado pelo qual o Mercosul passara nos últimos anos. Além do contexto regional efervescente, deve-se apontar também para a transformação do cenário mundial no último triênio e sua relação com os processos de integração regional e seus pontos de fissura.

Em primeiro lugar, deve-se apontar para a transformação do contexto econômico mundial com a eleição de Donald Trump nos EUA, em 2016. Sua primeira ação como presidente americano foi a retirada do país do Acordo Trans-Pacífico, colocando inúmeras dúvidas sobre o caráter do aprofundamento da globalização e do livre-comércio nos anos seguintes. Há de se ressaltar, contudo, que Trump já aparenta uma possível volta ao acordo, condicionada ao que define como moldes mais vantajosos para os EUA. Em contrapartida o presidente chinês, XI Jinping, aparece como defensor da globalização e dos acordos multilaterais.

Além disso, a ascensão de políticos conservadores na América do Sul, em especial no contexto do Mercosul, põe em xeque a ideia de um regionalismo pós-hegemônico ou pós-liberal, que estivera em voga durante os governos de centro-esquerda e esquerda na América do Sul.

Ao mesmo tempo em que parece que o Mercosul esteja fadado ao retorno ao regionalismo aberto da década de 1990, o contexto internacional é muito diferente do que era vinte anos atrás. Acordos de livre comércio têm tido

dificuldade de prosperar, casos do TPP, do Acordo de Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento entre União Europeia e Estado Unidos (TTIP, em sua sigla em inglês) e do próprio acordo entre União Europeia e Mercosul, que se arrasta há vinte anos sem definição.

Em relação ao acordo do Mercosul com a União Europeia, temos visto declarações otimistas sobre a proximidade de um acordo, tanto do lado europeu quanto do lado mercusolino. Todavia, declarações como essas já foram vistas em inúmeras ocasiões anteriores, não se traduzindo de fato na consumação do acordo.

Assim, a regressão do status do Mercosul de União Aduaneira para Zona de Livre Comércio tem ganhado cada vez mais defensores no bloco, e inclusive na academia. O retorno à zona de livre comércio significaria uma regressão nas fases da integração regional.

A Venezuela, mergulhada em seus problemas internos e suspensa do bloco, parece não ter voz ativa para interferir nos processos acentuados no contexto regional desde 2015. Além disso, em recente demonstração do isolamento venezuelano, treze países americanos, dentre eles o Brasil, podem não reconhecer a vitória de Maduro no pleito eleitoral de maio de 2018.

Há ainda, o esvaziamento da Unasul, que parece dar força ao processo em curso. Além da suspensão recente dos seis países que representam cerca de 80% do financiamento do bloco, a Unasul não realiza cúpulas presidenciais desde 2014, e desde janeiro de 2017 seu cargo de secretário-geral está vago.

Diante desse cenário, os questionamentos sobre o futuro do Mercosul são patentes. Qual caminho seguirá o Mercosul? Regredirá, de fato, ao regionalismo aberto? As discussões de uma integração mais profunda, além da econômica, encontrarão vozes nas próximas reuniões do bloco? As questões sociais terão vez? Essas e outras questões se fazem presentes e seguirão pelo menos até a realização das eleições brasileiras em outubro de 2018.

Pelo lado brasileiro, a incerteza perante os candidatos ao Palácio do Planalto e suas propostas põe em dúvida qual será a importância do Mercosul nos próximos anos. A vitória de uma frente mais integracionista, que parece distante nesse momento, pode significar a tentativa de revitalização e

aprofundamento do processo de integração regional. Por outro lado, uma vitória da frente conservadora pode significar a contínua ênfase no processo em curso e da instrumentalização em favor do mercado do bloco regional.

A eleição do conservador Mario Abdo Benítez no Paraguai em abril de 2018, parece indicar que a guinada conservadora sul-americana não perdeu força.

Contudo, há de se levar em conta o panorama global. Uma possível fragmentação da União Europeia, muito falada durante o Brexit, pode representar um golpe nas perspectivas integracionistas em um futuro próximo. A posição dúbia norte-americana quanto aos acordos de livre comércio adiciona mais questionamentos do que elucida o panorama global futuro.

Por tudo que foi exposto, a ideia do regionalismo aberto ganhou força no último triênio, mesmo que em um contexto diferente do que o deu origem. Assim, a perspectiva de integração sul-americana com contornos mais políticos (ainda que com suas diversas falhas, como a falta de mecanismos para reduzir a assimetria nos países do subcontinente; o déficit democrático dessas instituições; entre outras) parece cada vez mais distante, tanto no passado, quanto no futuro.

DOENÇAS E EPIDEMIAS: A ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE E AS PERSPECTIVAS PARA A SAÚDE GLOBAL

Maíra Fedatto

O diálogo entre saúde e relações internacionais data de meados do século XVIII – ainda que, na época, visasse exclusivamente o controle de epidemias e doenças resultantes das navegações e da expansão do comércio internacional. Em 1851, vinte anos após o surto de cólera na Europa, a Primeira Conferência Sanitária Internacional foi realizada em Paris com o propósito de chegar a um acordo sobre os requisitos mínimos para a quarentena marítima e, assim, "prestar um importante serviço ao comércio e à navegação no Mediterrâneo, salvaguardando simultaneamente a saúde pública". Contudo, de uma forma geral, a saúde era considerada predominantemente um assunto doméstico e frequentemente negligenciada no âmbito da política externa.

Com efeito, o estabelecimento do Escritório Internacional de Higiene Pública, em Paris, em 1907 - cujo foco eram atividades básicas referentes aos acordos sanitários internacionais bem como troca de informações epidemiológicas - é um marco nos esforços de internacionalização da Saúde Pública. Neste sentido, é importante destacar, ainda, a Organização da Saúde da Liga das Nações que iniciou seus trabalhos em 1920, em Genebra, na Suíça.

No artigo "A transição de saúde pública 'internacional' para 'global' e a Organização Mundial da Saúde", Brown, Cueto e Fee (2006) elucidam que, apesar do orçamento reduzido e da oposição de organizações nacionais e internacionais, incluindo o Serviço de Saúde Pública Americano, a Organização da Saúde da Liga das Nações financiou várias comissões internacionais sobre doenças e publicou estudos epidemiológicos e relatórios técnicos, tendo sido capaz de sobreviver à Segunda Guerra Mundial. Em abril de 1946, a Liga das Nações foi formalmente dissolvida.

Durante o estabelecimento da Organização das Nações Unidas (ONU), discutiu-se a necessidade de uma organização global de saúde. Assim, a

Organização Mundial da Saúde (OMS) foi criada em 1948 – com o objetivo de contribuir para o fortalecimento dos sistemas de saúde – e seu 70º aniversário é uma excelente oportunidade para analisarmos brevemente sua atuação e, assim, refletirmos sobre o futuro da agenda da saúde global, das instituições internacionais de saúde e do papel do Brasil na temática.

Inicialmente, os focos prioritários da OMS eram doenças como malária e tuberculose, a questão da saúde materna e infantil e o saneamento básico – que foram seguidos pela administração da saúde pública e pelas doenças infecciosas. Posteriormente, na década de 1960, como mostrou Michel McCarthy, a Organização promoveu intensas campanhas contra a bouba, a sífilis endêmica, a lepra e tracoma, além de ter ajudado a controlar uma pandemia de cólera na Ásia e no Pacífico Ocidental e a grande epidemia de febre amarela na África.

Na década de 1970, destaca-se a adoção da Declaração de Alma-Ata (1978), que clamava por uma "ação urgente de todos os governos, de todos que trabalham nos campos da saúde e do desenvolvimento e da comunidade mundial para promover a saúde de todos os povos do mundo". Já os anos 1980 foram marcados pela Iniciativa da Maternidade Segura –que visava reduzir a morbidade e a mortalidade materna em 50% – e pelo plano de erradicação global da poliomielite, ambos até o ano 2000. Contudo, tais iniciativas não obtiveram o êxito esperado.

Posteriormente, o foco dos anos 1990 eram as chamadas "doenças do estilo de vida", tais como doenças cardiovasculares, câncer e diabetes. Assim, a Organização promoveu programas que estimulassem sociedades saudáveis e sem tabaco. Todavia, Ventura e Perez (2014) apontam que, nessa década, a expressão crise já era encontrada na literatura sobre a OMS. Ademais, indicam "a erosão do protagonismo; a escassez e a natureza do seu financiamento; os conflitos de interesse dos especialistas; as dificuldades de comunicação; e os problemas de governança interna" como as principais dificuldades enfrentadas pela OMS.

A crescente atuação de uma série de atores não-estatais – como Organizações não-Governamentais (ONGs), companhias farmacêuticas, organizações transnacionais, fundações filantrópicas, dentre outros – aliada à dificuldades econômicas e de financiamento levaram a uma redução no protagonismo da OMS.

Ao revisitarmos as últimas epidemias que acometeram o mundo, se por um lado a resposta da OMS ao surto de Síndrome Respiratória Aguda Grave (SARS), em 2003, foi considerada eficaz, por outro lado o gerenciamento tanto da pandemia de H1N1, em 2009, quanto do surto do ebola, em 2014, foi percebido como inepto, incompetente e, até mesmo, caótico.

Lembremos que a epidemia do ebola afetou mais de 28.000 pessoas, das quais mais de 11.000 morreram, e devastou diversos países da África Ocidental, como Libéria, Serra Leoa e Guiné. Para além do número alarmante de casos, observou-se, posteriormente, um considerável impacto socioeconômico nas vidas de milhões de sobreviventes, e também de pessoas não afetadas pelo vírus, devido às consequências indiretas da epidemia, tais como falta de cuidados diários de saúde, declínio nas taxas de emprego e insegurança alimentar.

Desde o surto do ebola, diversos autores buscam compreender os fracassos que contribuíram para a incapacidade da contenção do vírus e do subsequente desastre humanitário. Mais além, todas as críticas atribuem alguma culpa à Organização Mundial de Saúde pelo atraso na ação e pela falta de resposta operacional. Wenham (2017), entretanto, aponta que, embora a OMS tenha cometido erros cruciais, o surto do Ebola expôs tensões de uma organização já fragilizada. Especificamente, tensões entre seu papel normativo e operacional e entre o que a Organização – com severas restrições financeiras e organizacionais – é capaz de fazer e o que a comunidade global espera que faça. Neste sentido, este "fracasso" da OMS trouxe à baila não somente críticas sobre o desempenho da organização, mas sobre a urgente necessidade de uma reforma interna.

No que tange à atuação do Brasil na área da saúde, nos últimos 20 anos o tema foi central nas relações internacionais do país, particularmente sob a administração de Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), período no qual a saúde teve um papel de destaque na cooperação Sul-Sul, utilizada como soft power tanto para influenciar o debate da saúde global como para promover seus interesses de política externa. Com efeito, aproximadamente 50% dos órgãos da presidência e dos ministérios internacionalizaram estruturas e diálogo permanente com a política externa brasileira.

O Brasil conta com uma multiplicidade de instituições públicas que desempenham papel-chave no financiamento, na gestão e na execução das ações internacionais de Cooperação em Saúde, tais como a Agência Brasileira de Cooperação (ABC), o Ministério da Saúde (MS), a Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA), dentre outros. E, apesar do destaque conferido à epidemia da HIV/AIDS – cuja resposta doméstica pautada na oferta universal e gratuita de antirretrovirais do Sistema Único de Saúde (SUS) é reconhecida mundialmente e credenciou o país a propor a implantação da fábrica de antirretrovirais e outros medicamentos em Moçambique –, a cooperação brasileira na área de saúde abrangeu diversos outros temas. Dentre eles, destacam-se a prevenção e o controle da malária, a atenção à saúde materno-infantil, a capacitação para a produção de vacinas contra febre amarela e a gestão de recursos humanos para hospitais e ambulatórios.

De acordo com o Ministério da Saúde, a política externa brasileira no período de Lula chegou a destinar US$ 32.960.612 apenas a projetos de saúde no continente africano. Com efeito, apesar de afirmar que sua política externa seria de continuidade, observa-se uma queda da inserção internacional do Brasil a partir do governo de Dilma Rousseff (2011-2016), impactando, obviamente, nas estratégias e no protagonismo do país na agenda da saúde global.

Nesse contexto de declínio do protagonismo brasileiro nos temas internacionais – e em meio à recessão e à crise política –, o Ministério da Saúde declarou, em novembro de 2015, "Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN) por alteração do padrão de ocorrência de microcefalias no Brasil" (SAÚDE, 2015). A declaração está de acordo com o Regulamento Sanitário Internacional (RSI), que autoriza as autoridades sanitárias nacionais, quando em situações de emergência, a aplicarem restrições ao trânsito e transporte de pessoas e mercadorias, bem como quarentenas e isolamento, além da proibição de eventos públicos e da obrigação de se submeter compulsoriamente à vacinação e outros procedimentos médicos. Destaca-se que foi a primeira vez que o País decretou emergência sanitária desde que se definiram regras para o uso desse mecanismo, em 2011.

Três meses depois, a OMS declarava a microcefalia como Emergência de Saúde Pública de Importância Internacional (ESPII), com a relação causal entre

o Zika Vírus e a epidemia de microcefalia altamente sugerida, mas ainda não comprovada. A declaração tinha como objetivo impulsionar a pesquisa científica, o desenvolvimento de vacinas e tratamentos, além de campanhas de controle de mosquitos.

Neste sentido, dez dias após a declaração de ESPII, em 1 de fevereiro de 2016, a OMS e a Organização Pan-Americana de Saúde (OPAS) trabalharam conjuntamente com 23 parceiros para desenvolver um Quadro de Resposta Estratégica e um Plano de Operações Conjuntas do Zika até junho de 2016. Atualmente, mais de 60 parceiros estão envolvidos na resposta, que é coordenada a partir da sede da OMS em Genebra.

Foi notável, portanto, o contraste com a resposta muito mais lenta da Organização diante do surto de ebola, como já mencionado. A lenta resposta do ebola foi, também, uma consequência dos cortes orçamentários que afetaram programas de controle de doenças infecciosas, além da falta de comunicação entre os países afetados pela epidemia e a sede da Organização em Genebra. Assim, apesar das pressões orçamentárias, Margaret Chan – diretora-geral em exercício durante a crise do Zika Vírus – afirmou que a necessidade de maior conhecimento científico sobre o Zika impulsionou a declaração de ESPII.

É inegável que uma subfinanciada e sobrecarregada OMS vem sendo incapaz de responder de forma ágil e eficaz aos desafios de saúde globais existentes e previstos. Ademais, com apenas 30% de seu orçamento sob seu controle, a agenda da Organização é ditada pelas prioridades dos doadores. De fato, um relatório externo independente, chamado Report of the Ebola Interim Assessment Panel, afirmou que a OMS deve restaurar sua hegemonia como guardiã da saúde pública global. Isso, contudo, exigirá mudanças significativas em toda a Organização, incluindo tanto o Secretariado como os Estados Membros: "o Secretariado deve passar por uma transformação significativa para melhorar a função principal de proteger a saúde global. Por seu turno, os Estados-Membros devem fornecer apoio político e financeiro necessário à Organização".

Finalmente, acredita-se serem muitos os desafios para Tedros Adhanom Ghebreyesus, eleito novo diretor-geral da Organização, em maio de 2017. Em seus cinco anos de mandato, precisará revigorar uma organização atormentada

por disfunções internas e falta de apoio político e financeiro. Como Lawrence Gostin e Eric Friedman escreveram na Lancet em outubro de 2014, "a liderança global em saúde pode ser construída, mas somente se líderes genuínos escolherem construí-la". Tedros precisará de habilidade e liderança para trabalhar com os Estados membros e outros atores não-Estatais interessados na agenda da saúde global para, assim, lidar com as lacunas estruturais e institucionais da OMS.

ATUAÇÃO BRASILEIRA NO MUNDO: AS MISSÕES DE PAZ

Ana Clara Figueira Guimarães

Desde a década de 1990, formou-se uma visão de mundo sobre a inserção internacional do Brasil. Como parte disso, constata-se a participação brasileira em missões de paz da Organização das Nações Unidas (ONU). Sendo assim, é preciso descrever e caracterizar a atuação do Brasil nestas iniciativas com o intuito de observar seu impacto na dinâmica global das intervenções humanitárias.

A participação brasileira em operações de paz da ONU iniciou-se em 1957, quando o país enviou efetivos para a denominada Força de Emergência das Nações Unidas I (UNEF I), estabelecida para assegurar o fim das hostilidades na Crise de Suez. Seguiram-se então outras missões: Força de Segurança das Nações Unidas (UNSF) em 1962 para a Nova Guiné Ocidental, Operação das Nações Unidas no Congo (ONUC) entre 1960 e 1964, Força de Paz das Nações Unidas no Chipre (UNFICYP) em 1964, Missão de Observação das Nações Unidas na Índia e Paquistão (UNIPOM) entre 1965 e 1966, Força Interamericana de Paz na República Dominicana (DOMREP) entre 1965 e 1966.

As operações de paz (Peacekeeping Operations - PKO) foram criadas pela ONU em 1948 para controlar, gerenciar e resolver conflitos armados com o objetivo de manter a paz e a segurança internacionais. Tais ações não estão previstas no Capítulo VI (Solução Pacífica de Controvérsias) nem no Capítulo VII (Ação relativas a ameaças à paz, Rupturas da paz, e Atos de agressão) da Carta da ONU criada em 1945. Elas seriam, portanto, um instrumento extra-regular a fim de encontrar uma "solução" para os conflitos violentos em casos não contemplados pelo sistema de segurança coletiva. De acordo com o secretário-geral da ONU, Dag Hammarskjold, a base jurídica destas estaria no Capítulo VI 1/2, ou seja, entre o Capítulo VI e o VII.

Ao analisar o quadro da presença brasileira nessas missões, em sua totalidade, identificam-se três fases, sendo a primeira durante o período de 1957 a 1967, a segunda de 1989 a 2004 e a terceira de 2004 até o momento atual. As missões de paz acima elencadas são classificadas como tradicionais ou clássicas e pertencem à primeira fase, na qual se observa uma baixa participação brasileira quanto ao número de membros mobilizados e o envolvimento de efetivos exclusivamente militares com o objetivo de "corrigir falhas no sistema de segurança coletiva".

No período entre o fim da década de 1960 até 1988, nota-se um distanciamento brasileiro nas operações de paz devido à resistência a possibilidade de intervenção interna fundamentada pelo Capítulo VII da Carta da ONU, o qual autoriza o uso da força independentemente do consentimento das partes beligerantes. Esse período de ausência de brasileiros em missões de paz coincide com o regime militar no país (1964-1985) e com o auge da Guerra Fria, momento em que se dá o congelamento do Conselho de Segurança da ONU (CSNU) em decorrência do choque de interesses entre seus integrantes, o que obstaculizou o prosseguimento das operações.

A segunda fase (1989-2004) caracteriza-se por um retorno da participação brasileira com atuação em 17 operações de paz com envio de policiais e civis, além de militares. Além do mais, o número de autorizações para novas missões cresceu exponencialmente no CSNU, inclusive com o recurso ao Capítulo VII da Carta da ONU. Nos anos 2000, também se verifica a presença de mulheres nos contingentes enviados e uma flexibilidade na posição do país quanto ao princípio da não-intervenção. O aumento da presença do país durante esse período é destacado por alguns autores como reflexo do institucionalismo -- a busca de influência por meio das normas e mecanismos internacionais --, característico da política externa brasileira.

Na terceira fase (2004-2017/8), identifica-se maior maturidade institucional-normativa, financeira e humana como resultado de três macroprocessos: o macroprocesso político-normativo com a criação de normas e instituições; o financeiro com o fortalecimento de mecanismos financeiros; e o militar, com a preocupação de garantir a qualidade dos militares envolvidos. Percebe-se um aprofundamento da participação brasileira com o envio de efetivos para cargos

de liderança e uma atuação mais robusta tendo como marco a Missão das Nações Unidas para a Estabilização do Haiti (MINUSTAH) em 2004, quando o país assumiu tarefas de coordenação e comando militar. Na participação mais recente, na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL), o Brasil foi o primeiro país não-membro da OTAN e considerado pertencente ao sul global a assumir o posto de comando da Força-Tarefa Marítima da missão em 2011.

Apesar de apresentar certa resistência quanto às operações autorizadas pelo Capítulo VII da Carta da ONU, o Brasil participou de 74% dessas missões, com destaque para a Força Internacional para Timor Leste (INTERFET), a MINUSTAH e a Missão da Organização das Nações Unidas na República Democrática do Congo (MONUSCO). De acordo com Hirst e Nasser (2014), durante esse período o Brasil aplicou uma fórmula de articulação da política externa com a política de defesa concebida para melhorar o desempenho do país quanto a questões de paz e segurança como parte de uma estratégia de longo prazo vinculada à inserção internacional. Porém, quanto a esse ponto se verifica uma incompatibilidade entre o discurso e a prática aplicada pelo Brasil nas missões de paz. Ao nível do discurso, o país defende o não uso excessivo da força em missões de paz, todavia nos últimos 28 anos, muitos militares e policiais brasileiros foram enviados para operações regidas pelo Capítulo VII da Carta da ONU, o que, por sua vez, contesta a articulação entre as políticas externa e de defesa.

Entre 1990 e 2015, as missões de paz que mais se destacaram quanto ao apoio de tropas brasileiras foram: a Missão de Verificação das Nações Unidas em Angola III (UNAVEM III) entre 1995 e 1997, a MINUSTAH entre 2004 e 2017 e a UNIFIL entre 2011 e o momento presente. Sendo assim, tropas foram mobilizadas para operações durante os governos de Fernando Henrique Cardoso (UNAVEM III), Lula da Silva (MINUSTAH) e Dilma Rousseff (UNIFIL).

A participação brasileira em operações de paz apresenta, de certa forma, continuidade e persistência apesar das diferenças entre as políticas externas de cada mandato presidencial.

Essa atuação contínua do país leva à caracterização da presença em missões de paz, segundo Henrique Paiva (2012), por seis "Ps": pioneira, protagônica, principista, pluridisciplinar, polêmica e pragmática. Pioneira por ter participado

das primeiras operações de paz (a UNEF I); protagônica por ter representantes brasileiros em 50 das 71 missões de paz já autorizadas pelo CSNU; principista por fundamentar sua participação em princípios do Direito Internacional, da Constituição Federal e da política externa; pluridisciplinar por acrescentar atividades não definidas pela resolução do CSNU devido ao princípio da não indiferença; polêmica por causa dos debates em torno dos gastos com missões de paz em outros países enquanto internamente ainda existem imensas carências, bem como por causa das críticas feitas por alguns países à capacidade dissuasória do Brasil; e pragmática devido à não utilização da assimetria de poder regional para projeção de seu poder, mas sim à procura de uma articulação regional em questões de segurança internacional.

A participação em operações de paz foi a forma encontrada pelo Brasil para atuar no cenário internacional de acordo com um diagnóstico das suas capacidades e recursos, assim como das oportunidades existentes naquele cenário. Países emergentes como o Brasil, por não apresentarem grande potencial militar, optam por maximizar sua inserção internacional através da participação nas operações de paz da ONU. Sendo assim, a partir da caracterização da política externa brasileira a partir de princípios do Direito Internacional e da Constituição Federal (não materiais) e da ausência de capacidade material militar e econômica, a melhor estratégia de projeção seria o soft power (Joseph Nye).

Apesar da continuidade e do aprofundamento da atuação, o que se verifica hoje é uma tendência a um novo recuo na participação brasileira em operações de paz, o que poderia marcar o início de uma possível quarta fase nessa atividade. Tal inflexão estaria vinculada a uma crescente marginalização das políticas externa e de defesa, observada já no governo de Dilma Rousseff, mas aprofundada após seu processo de impeachment e subsequente posse do vice-presidente Michel Temer. Entretanto, cabe ressaltar que nem as crises financeiras das décadas de 1990 e de 2010 afetaram o engajamento do Brasil com tropas no exterior, o que nos leva a hipótese de uma possível diminuição da intensidade no sentido de não mais atuar de modo tão robusto e propositivo nas operações seguintes, mas não ao ponto de uma extinção total da atuação.

Hoje, de acordo com Ivana Costa, representante da Divisão de Missão de Paz do Exército Brasileiro, o Brasil tem efetivos desdobrados em 9 missões de

paz da ONU, com um total de 42 militares. São elas: a Força de Manutenção de Paz das Nações Unidas em Chipre (UNFICYP), a UNIFIL, a Missão Integrada das Nações Unidas para a Estabilização da República Centro-Africana (MINUSCA), a Missão das Nações Unidas e da União Africana em Darfur (UNAMID), a Missão das Nações Unidas no Sudão do Sul (UNMISS), a Missão da Organização das Nações Unidas para Estabilização na República Democrática do Congo (MONUSCO), a MINUSTAH, a Missão das Nações Unidas para o Referendo do Saara Ocidental (MINURSO). Nesse sentido, num cenário de pós-MINUSTAH, missão em que o Brasil enviou em torno de 37 mil soldados e representou um marco histórico da participação brasileira, reforça-se a premissa da impossibilidade do desengajamento do país quanto às missões de paz. Surge assim uma questão: qual será o próximo grande envolvimento brasileiro em uma operação de paz da ONU?

Como resposta a essa indagação, o ministro da Defesa, Raul Jungmann, afirmou que "Seja onde for, tenho certeza de que o profissionalismo, a cultura democrática e o respeito ao outro serão levados aos outros cantos do mundo. As Forças Armadas do Brasil entendem que nós precisamos mais de missões de Paz e muito menos de guerra e de conflitos. Por isso, seja na República Centro-Africana, seja em qualquer outro país, lá estaremos, em nome do entendimento, enfim, da paz mundial". Dessa forma, ele reforça o papel do Brasil enquanto provedor de paz. O cerne da temática, porém, permanece: quanto essa participação nas operações de paz impacta a dinâmica global de intervenções humanitárias?

A experiência adquirida – destacadamente quanto a temas como contrainteligência, prevenção de emboscadas, proteção da Força – durante todos esses anos, a capacidade do Brasil em assumir e liderar missões de paz, assim como o sucesso e a maturidade de sua participação são algumas das evidências do destaque do país nessa matéria. Conforme destacado pelo subsecretário-geral da ONU para as operações de paz, Jean-Pierre Lacroix, "o Brasil é um parceiro importante e tem experiência muito valiosa para nós. Teve um papel essencial no Haiti, no Líbano, em outras ações do passado. Estou convencido de que vamos precisar da contribuição do Brasil, não apenas do apoio político, mas operacional".

Portanto, é possível afirmar a relevância brasileira nas atividades relacionadas às questões de paz e segurança no sistema internacional. Um possível recuo traria grandes prejuízos tanto para a dinâmica global quanto para a imagem internacional do país, isto é, afetaria a própria projeção de soft power pelo Brasil. É o que também salienta Eduarda Passarelli Hamann (2015), ao afirmar que "o Brasil alcançou um perfil internacional tão elevado que não pode diminuí-lo drasticamente sem que isso afete a própria dinâmica atual da paz e segurança".

Ao assumirmos que o nível de engajamento e a relevância da presença brasileira nas missões de paz atingiu um patamar capaz de causar um impacto na dinâmica global de intervenções humanitárias, outros questionamentos surgem. Caso se concretize a tendência ao recuo na participação do país que derivaria da continuidade da marginalização das políticas externa e de defesa, haveria uma reação por parte dos atores internacionais envolvidos na atual dinâmica da paz e da segurança? Que tipo de reação seria essa? O Brasil abandonaria a estratégia de soft power como forma de maximizar a sua inserção internacional e adotaria um papel diferente no teatro internacional?

São questionamentos que nos ajudam a refletir sobre as perspectivas futuras relacionadas à recente e nova configuração política do país e seu impacto no cenário internacional.

A ALT-RIGHT NA ERA TRUMP

Tatiana Teixeira

A cada época, surgem termos que revigoram ideias que são velhas conhecidas, mas que andavam no ostracismo, ou não encontravam terreno favorável para prosperar. Quando reaparecem, esses termos incorporam novos temas, atualizando as reações de determinados grupos às transformações da sociedade em seus diferentes âmbitos. Os gatilhos para esse rearranjo podem ser eventos pontuais – com visibilidade e interesse de curta duração, portanto –, ou fenômenos que ganham perenidade, em função de sua força e amplitude, nível de adesão, ou impacto.

Nos Estados Unidos, os ultraconservadores têm buscado se reorganizar de diferentes maneiras para superar o que apontam como fraqueza e incapacidade do conservadorismo tradicional de enfrentar e conter uma "nociva" onda progressista. Essa "onda liberal" estaria, mais uma vez, irradiando seus tentáculos na política e na economia (supostamente, com um Estado mais interventor e regulador) e na sociedade (com a disseminação de valores culturais relativistas e a tentativa de minar o status quo). Há esforços bem visíveis nesse sentido e que têm conseguido fazer algum barulho na política americana.

No início do primeiro governo Barack Obama, por exemplo (talvez o marco zero dessa movimentação mais coordenada), observou-se o surgimento do Tea Party, impulsionado pelo advocacy group Americans for Prosperity, fundado por David Koch. Agora mais anedótico do que ativo, o Tea Party colaborou para uma acentuada divisão no Partido Republicano que não para de crescer e que tem minado uma série de esforços da ala mais moderada. Lugar mais visível dessa dissensão, assiste-se, no Congresso, ao duro embate intrapartidário (no caso, republicano) que leva a shutdowns e atrasa pautas defendidas pela Casa Branca, como a revogação e a substituição do Obamacare,

a reforma de saúde aprovada na gestão Obama e (ainda) um de seus principais legados em política doméstica.

Em 2015, formou-se o House Freedom Caucus, uma bancada de extrema direita na Câmara de Representantes que busca conter o avanço da agenda democrata na Casa. Em seu perfil no Facebook, o grupo diz apoiar "um governo aberto, limitado e responsável, a Constituição e o Estado de Direito, e as políticas que promovem liberdade, segurança e prosperidade para todos os americanos". Entre outros pontos, a agenda do Freedom Caucus defende a redução dos gastos e a manutenção dos tetos orçamentários, uma política migratória mais rígida, restrições a programas sociais e o fim do Obamacare.

Desde a campanha presidencial de 2016 e, na sequência, com a vitória do republicano Donald Trump e de sua plataforma America First, além dos conservadores tradicionais (o mainstream do Partido Republicano), alguns grupos de extrema direita se sentiram mais representados, e novas (e não tão novas assim) denominações têm despontado com frequência no noticiário. Entre elas, a Alt-Right, a supremacia branca, ou o neonazismo.

Os confrontos em Charlottesville, na Virgínia, em 12 de agosto de 2017, entre simpatizantes dos confederados e da supremacia branca e manifestantes antirracismo e antifascismo, terminaram em um morto e vários feridos. Sua virulência expôs ódios e preconceitos que extrapolam definições políticas. O episódio também acabou por reavivar um debate recorrente na história americana e o intercâmbio de rótulos entre esses grupos, que compartilham uma base comum, como a defesa do imobilismo, uma concepção imutável da natureza humana e o entendimento de uma ordem moral objetiva, além da intervenção mínima do Estado.

De acordo com o Southern Poverty Law Center (SPLC), existem hoje mais de 1.600 grupos de ódio e extremistas em atividade nos EUA.

A direita alternativa (Alt-Right) teria sido estimulada pelo discurso politicamente incorreto, racista, misógino e anti-imigrantes (em especial de países muçulmanos) de Trump na corrida pela Casa Branca em 2016. Ao fim da disputa, o republicano negou que compartilhasse das visões desse grupo, embora um de seus principais expoentes, o então presidente-executivo do site de

extrema direita Breitbart News, Steve Bannon, tenha sido diretor de campanha do magnata nova-iorquino e convidado a integrar o governo como conselheiro estratégico sênior.

Bannon já saiu do governo, mas deixou (junto com o ainda conselheiro da Presidência Stephen Miller) sua assinatura em temas como imigração (o primeiro e polêmico decreto de Trump anti-imigração e antimuçulmanos), a saída dos EUA do Acordo de Paris sobre o Clima, a decisão de rever (e talvez deixar) o Acordo de Livre-Comércio da América do Norte (Nafta), a imposição de tarifas e/ou cotas à importação de aço (que acabou se concretizando, acrescida à sobretaxa ao alumínio), a maior pressão sobre a China na área comercial (em andamento, entre idas e vindas bilaterais), ou ainda a tentativa de esvaziamento do Departamento de Estado e da diplomacia. Tem-se aí uma mistura de protecionismo, antiglobalismo, securitização de questões domésticas e linha-dura em política externa.

Segundo aquele que cunhou o termo em 2008, o presidente do National Policy Institute (NPI), Richard Bertrand Spencer, trata-se da defesa da "identidade branca" e da "preservação da civilização ocidental tradicional", tendo como referências a liberdade de fazer o que se quer sem controle do governo (liberty, e não freedom), liberdade de expressão e de discurso e o direito de manifestar sua opinião – qualquer que seja ela. Nacionalista branco declarado, Spencer também dirigia o jornal on-line Radix e responde pela editora Washington Summit Publishers, ambos dedicados à causa e ligados a seu think tank, o NPI. Alguns dos autores publicados pela Counter-Currents e pela Washington Summit Press são os nacionalistas brancos Alexander Dugin, Corneliu Codreanu, Guillaume Faye e Alain de Benoist, assim como nomes mais recentes como F. Roger Devlin, Andy Nowicki e os próprios Greg Johnson e Spencer.

A Internet e suas mídias sociais são o principal meio de atuação, de divulgação de ideias e de intimidação dos oponentes adotado por esse grupo. Nos últimos anos, a página The Daily Stormer se tornou um espaço importante para o extremismo de Direita. Depois de Charlottesville, o site criado pelo neonazista Andrew Anglin foi banido pelo GoDaddy e pelo Google. Além do Breitbart, entre outros sites que reúnem seus adeptos também estão o Altright.com; o blog The Right Stuff, editado por Mike Enoch, e o do Steve Sailer,

The Unz Review: An Alternative Media Selection; o jornal on-line Radix, agora sob o comando de Colin Liddell e de Andy Nowicki; o VDARE: premier news outlet for patriotic immigration reform; American Renaissance, editado por Jared Taylor; e a Traditionalist Youth Network, com Matthew Parrott e Matthew Heimbach à frente. Nessa lista, pode-se incluir a editora Counter Currents Publishing, dirigida por Greg Johnson.

Desde as décadas de 1960-1970, com os neocons, não se via nos EUA uma ofensiva institucional conservadora como essa, que vem-se intensificando nos últimos anos.

Em comum entre seus simpatizantes está a oposição à imigração, aos homossexuais e às reivindicações do feminismo moderno e do igualitarismo, além do etnocentrismo e da defesa da sociedade americana contra o politicamente correto progressista e dos direitos das minorias. Seus adeptos preconizam a criação de um "Estado branco", a proteção da cultura euro-americana contra qualquer multiculturalismo e/ou pluralismo, assim como a destruição do "esquerdismo". Não à toa, em 2015 e em 2016, intensificaram sua batalha contra a imigração e contra o acolhimento de refugiados sírios no país. Uma reforma migratória concentrada na segurança e na mais ampla restrição possível à entrada de estrangeiros, especialmente de países muçulmanos, é uma de suas bandeiras, amplamente abraçada pelo governo Trump.

Também se autointitulam New Right e Dissident Right. Ou ainda, Identitarians, em alusão aos franceses Bloc Identitaire e Génération Identitaire, contrários à "imigração em massa" e à "islamização da Europa". Como explica o editor do Radix, Michael McGregor, trata-se da "preservação da nossa identidade" – ou da blindagem de influências externas inferiores. Outras etiquetas que surgem de modo intercambiável e dão um aspecto de guarda-chuva à Alt-Right são os tradicionalistas radicais, a favor dos valores cristãos tradicionais exclusivamente sob a perspectiva da supremacia branca e da separação das raças; os nacionalistas brancos; neorreacionários (os NRx-ers), os quais rejeitam a democracia liberal e as ideias iluministas; e os race realists, que acreditam na superioridade intelectual e genética dos brancos.

Vários veículos da imprensa norte-americana rejeitam o uso do termo Alt-Right. Segundo seus críticos, trata-se apenas de um eufemismo para um grupo

composto de nacionalistas brancos racistas e antissemitas, promotores de discursos de ódio, que têm como base o nazismo, e não o conservadorismo tradicional. Seria apenas mais um nome para uma retrógrada, anacrônica e velha visão de mundo.

A dança das cadeiras no alto escalão do governo Trump é contínua, porém, e a Alt-right perdeu espaço. A troca do moderado secretário de Estado Rex Tillerson pelo ex-diretor da CIA Mike Pompeo e a substituição de H. R. McMaster por John Bolton no Conselho de Segurança Nacional trouxeram os falcões duros em política externa de volta ao topo. Enquanto Tillerson sempre defendeu a permanência no Acordo de Paris, no acordo nuclear com o Irã e o trato diplomático com a Coreia do Norte, Pompeo, um egresso das fileiras do Tea Party, sempre se posicionou fortemente pela retirada dos EUA de ambos os pactos. Bolton, por sua vez, é um velho conhecido por sua preferência pela mudança de regime nos países rivais dos Estados Unidos, como aconteceu no Iraque, no governo de George W. Bush.

SOBRE OS AUTORES

Ana Clara Figueira Guimarães
Mestranda pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas UNESP, UNICAMP, PUC-SP e Bacharela em Defesa e Gestão Estratégica Internacional pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Temas de interesse: Segurança Internacional, Direito Internacional Humanitário, Intervenção Humanitária, Política Externa Brasileira.

Angelo Lira
Mestrando em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas UNESP, UNICAMP, PUC-SP. Temas de interesse: globalização, democracia e integração regional.

Daniel Rei Coronato
Doutor em Relações Internacionais pelo Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas UNESP, UNICAMP, PUC-SP e professor de Relações Internacionais.

Desiree Almeida Pires
Doutoranda pelo Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas UNESP, UNICAMP, PUC-SP. Mestra em Relações Internacionais, com ênfase em Economia Política Internacional, pela Universidade Federal de Santa Catarina (2017). Bacharela em Ciências Econômicas pela FACAMP (2015). Bacharela em Relações Internacionais pela FACAMP (2014). Temas de interesse: Economia Política Internacional, Sistema monetário e financeiro internacional, Instituições Internacionais.

Emerson Maciel Junqueira
Mestrando no Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas UNESP, UNICAMP, PUC-SP. Temas de interesse: Política Internacional, América Latina, política externa chinesa e Economia Política.

Gessica Carmo
Bacharela em Relações Internacionais pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU) e mestra pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas UNESP, UNICAMP, PUC-SP. Temas de interesse: Análise de Política Externa, Política Externa Brasileira e Política Internacional, pesquisando atualmente a Organização Diplomática Brasileira.

Gustavo Oliveira Teles de Menezes
Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas UNESP, UNICAMP, PUC-SP. Temas de interesse: Política Externa Russa, Relações Internacionais nos Bálcãs, Relações Internacionais no Espaço Pós-Soviético.

Laís Azeredo
Internacionalista pela Universidade Estadual da Paraíba (UEPB), mestre e Doutoranda pelo Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas UNESP, UNICAMP, PUC-SP. Atuou como Agente de Proteção no Centro de Referência para Refugiados da Caritas Arquidiocesana de São Paulo. É atualmente Professora da Fundação Armando Alvares Penteado (FAAP-SP). Desenvolve pesquisas sobre a securitização da imigração e crimigração.

Lucas Bispo dos Santos
Bacharel em Relações Internacionais, pela Universidade Federal de São Paulo - Escola Paulista de Política, Economia e Negócios, em 2014 e mestre pelo Programa de Pós-graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas UNESP, UNICAMP e PUC-SP. Temas de interesse: Regionalismo, Integração Regional, Mercosul e União Europeia.

Maíra Fedatto
Doutoranda em Relações Internacionais na Universidade de São Paulo (USP). Mestre em Política Internacional e Comparada pelo Instituto de Relações Internacionais da Universidade de Brasília (UnB). Atuou como pesquisadora da Fiocruz e consultora da UNESCO. Áreas de interesse: Saúde Global, Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, Continente Africano e BRICS.

Marcel Artioli
Mestrando pelo Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas UNESP, UNICAMP, PUC-SP.

Milagro Mengana Castañeda
Doutoranda em Relações Internacionais pelo Programa de Pós-Graduação San Tiago Dantas. Mestre em Relações Internacionais pelo ISRI (Cuba) e Mestra em Direito Penal pela UO (Cuba). Atuou por sete anos como professora, coordenadora e pesquisadora no curso de Licenciatura em Direito da ULT, Cuba. Áreas de interesse: Integração Regional e relações bilaterais de Cuba com os países latino-americanos.

Renan Colnago
Mestrando no Programa de Pós Graduação em Relações Internacionais San Tiago Dantas UNESP-UNICAMP-PUC-SP. Graduado em Relações Internacionais na UNESP, campus de Marília.

Tatiana Teixeira
Doutora em Ciência Política (IESP/UERJ). É autora do livro "Os think tanks e sua influência na política externa dos EUA" (PPGRI/UFF e Revan, 2007). Foi visiting scholar no Think Tanks and Civil Societies Program, então ligado ao Programa de Relações Internacionais da Universidade da Pensilvânia (EUA).